

# DIAGNÓSTICO DA PESCA ARTESANAL NO NORTE DE MINAS, ALTO/MÉDIO SÃO FRANCISCO.



Arte: Letícia Aparecida Rocha

Buritizeiro, Maio de 2011.

**Organização:**

**Leticia Aparecida Rocha**

**Neusa Francisca Nascimento**

**Tháisa Gomes Ferreira**

**DIAGNÓSTICO DA PESCA  
ARTESANAL NO NORTE DE MINAS,  
ALTO/MÉDIO SÃO FRANCISCO.**

**Buritizeiro, Maio de 2011.**

## Sumário

Apresentação.....	4
Introdução .....	5
Metodologia.....	7
1. Compilação (coleta) dos dados.....	9
2. Análise e interpretação dos dados.....	10
2.1 Moradia.....	11
2.2 Migração.....	12
2.3 Trabalho.....	13
2.4 Educação.....	16
2.5 Comercialização.....	17
2.6 Políticas públicas e direitos previdenciários.....	20
2.7 Juventude na pesca.....	21
2.8 Mulher pescadora.....	23
2.9 Questão racial.....	25
2.10 Relação com as Igrejas.....	27
2.11 Lazer.....	28
2.12 Regime familiar na pesca.....	29
2.13 Pescador – vazanteiro.....	29
2.14 Visão sobre os problemas do rio.....	32
2.15 Organização da categoria.....	35
2.16 Carteira de pesca .....	39
Considerações finais.....	40
Referências bibliográficas.....	43
Textos.....	45
<i>Uma Leitura Ambiental das Estatísticas.....</i>	46
<i>Injustiça Ambiental e os pescadores do Rio São Francisco no Norte de Minas Gerais.....</i>	49
<i>Território e Territorialidade entre Pescadores e Vazanteiros do Médio São Francisco-MG.....</i>	57
<i>Pesca Artesanal, Educação Popular e Escolarização: na luta por reconhecimento.....</i>	64
<i>Mulher e Pesca no Norte de Minas.....</i>	70

<i>Direitos Sociais e Pesca Artesanal.....</i>	76
<i>Reflexão sobre a organização dos Pescadores e Pescadoras Artesanais no Alto/Médio São Francisco no Norte de Minas.....</i>	82

## **Apresentação**

*As águas que correm para o norte descem e adentram no mar.  
E ao entrar no mar sua água torna-se potável... Por isso em todo  
lugar transformará em vida, haverá abundâncias de peixes, pois  
onde quer que essas águas cheguem trará vida (EZEQUIEL, 47).*

A promoção do protagonismo das populações tradicionais no Brasil tem apresentado um novo patamar em nossa história. Nesses mais de 06 anos de desenvolvimento da Articulação Popular em Defesa do São Francisco, ficamos conhecedores/as das muitas necessidades do povo Sanfranciscano, em especial dos Pescadores e Pescadoras artesanais no alto/médio São Francisco.

Tudo se iniciou com levantamento dos problemas de poluição no rio que ocasionaram a mortandade de peixes, principalmente do surubim, peixe símbolo do São Francisco, o que levou a identificação dos poluidores e depredadores de nosso rio.

Movidas pelo Espírito Libertador e embasada na Liturgia da Libertação - evangélica opção pelo pobre, que diz: *“buscai em primeiro lugar o Reino de Deus e sua Justiça”* - é que as irmãs da Divina Providência, tocadas pelo amor ao povo do rio, contagiaram-se por essa realidade e partiram para a construção de um diagnóstico vivencial das comunidades de pescadores e pescadoras artesanais, que na região do alto e médio se juntam e se completam com as comunidades ribeirinhas de Vazanteiros e Quilombolas.

Depois de mais de um ano de vivência junto às comunidades, chegamos ao início de um caminho, que aponta para a continuidade da caminhada no esforço de se somar às lutas populares na defesa da Vida do Rio em sua plenitude. Continuidade, esta que dependerá dos autores e autoras que proporcionaram a construção deste DIAGNÓSTICO DA PESCA ARTESANAL NO NORTE DE MINAS, ALTO/MÉDIO SÃO FRANCISCO, o retrato da vida e história desse povo, aqui registrada em poucas linhas.

O Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP acredita na força que brota dos pescadores e pescadoras para continuar essa caminhada de luta através da perseverança e resistência e assim, conjuntamente com outros autores, transformar as estruturas geradoras de injustiça e contribuir na construção de uma nova sociedade, embasada na garantia dos direitos humanos.

*CPP Nacional*

## INTRODUÇÃO

A proposta da pesquisa sobre a pesca artesanal surge dentro da experiência da Articulação pela revitalização popular do rio São Francisco. Desde 2004, a Comissão Pastoral da Terra/CPT e o Conselho Pastoral dos pescadores/CPP vêm desenvolvendo um projeto que visa unir forças em prol desta Articulação. O projeto abrange as regiões do Alto até o Baixo São Francisco. No Norte de Minas, este trabalho tem se deparado com situações específicas do rio que deu visibilidade a algumas questões que atingiram diretamente os pescadores artesanais nestes últimos anos.

Abriram-se espaços de debate abordando problemas emergentes. Um deles foi a proliferação das chamadas “algas azuis”, em 2007, causada pelo esgoto da região metropolitana de Belo Horizonte que cai no Rio das Velhas e deságua no Rio São Francisco. Estima-se que mais de 600 km do rio foram contaminados<sup>1</sup>, impossibilitando a atividade pesqueira por um longo tempo. Discutiram-se os constantes problemas que os pescadores artesanais, guardiões do rio São Francisco, desde Pirapora-MG até Barra-BA, enfrentam, inclusive com a mortandade de peixes, devido à ação poluidora por metais pesados provenientes de atividades das empresas instaladas ao longo da calha do rio há mais de 40 anos. Este problema foi catastrófico nos anos 2004 a 2006, com a morte de toneladas de peixes<sup>2</sup>.

A situação complicou ainda mais, em 2007, quando em Três Marias, o serviço de operação do reservatório da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), resultou em morte de 40 ton. de peixes. Na Barragem do rio Pandeiros, afluente do São Francisco, ocorreu caso semelhante com a mortandade de 30 ton. de peixes na abertura das comportas – operação da mesma empresa.

Desde esses tempos, os debates trazem a preocupação de que as águas do rio estão sendo disputadas por grandes interesses econômicos, como as hidrelétricas, o Agronegócio, dentre outros. Trabalhadores e lutadores do povo ribeirinho afirmam que tal disputa conta com a conivência de órgãos ambientais, que desconsideram as contínuas denúncias de degradação da vida do rio e de seu povo. As leis também são

---

<sup>1</sup> Manifesto da CPT e Movimentos na época, registrado nos arquivos da CPT.

<sup>2</sup> Informações disponíveis em: <http://www.ecodebate.com.br/2008/04/01/mortes-de-peixes-se-tornam-um-problema-cronico-no-sao-francisco/> - acesso em 21/03/11.

usadas para dificultar a vida dos pescadores artesanais e são flexibilizadas para as grandes empresas instaladas ao longo da calha do rio.

Por ocasião da I Conferência Nacional da Pesca Artesanal em Setembro de 2009, as Irmãs da Divina Providência trabalhando com a Comissão Pastoral da Terra/CPT e dialogando com o Conselho Nacional da Pastoral dos Pescadores/ CPP, realizaram reuniões e oficinas com pescadores/as na região Norte de Minas, aprofundando a discussão destes problemas. As preocupações expressadas pelos pescadores/as aqui resumem-se nos seguintes pontos:

- **A poluição** – Os sinais de degradação – esgotos urbanos e industriais lançados diretos ao rio pelas empresas etc.
- **Acesso ao rio** – a reclamação quanto ao cercamento das vias de acesso aos rios e lagoas por fazendeiros e empresas.
- As **dificuldades com a comercialização**: são poucos os canais de comercialização existentes que favoreçam os(as) pescadores(as) artesanais. Na maioria das vezes, ficam reféns dos atravessadores.
- **Acesso à previdência social e direitos**: Apesar do funcionamento das Colônias/assistencial há reclamação quanto a lesão dos seus direitos e aos benefícios necessários a qualidade de vida.
- **Relações de gênero**: mulheres reclamam do tratamento que recebem de lideranças de Colônias e dos órgãos do governo em relação a elas, como profissionais da pesca artesanal.

Percebeu-se nesta realidade a dificuldade dos pescadores/as em fazer a leitura da problemática e a fragilidade de organização nos processos de resistência em defesa das águas do rio e de seus interesses. O atual cenário de organização ocorre via colônias, que segundo vários pescadores e outros cidadãos, parecia, na maioria das vezes, atuar mais como braço do Estado do que como entidade representativa da categoria no enfrentamento dos problemas.

As expressões captadas levaram a constatar que a pesca artesanal no rio São Francisco do norte mineiro, tradicionalmente, apresenta-se como atividade econômica de grande importância para a população regional. O pescado ainda é utilizado na alimentação e na geração de renda. Percebeu-se a atividade sendo ameaçada pela poluição do rio, cada dia mais alarmante. O que pôde ser comprovado em campo.

## METODOLOGIA

A proposta metodológica apoiou-se na perspectiva da Educação Popular, inspirada na teoria freiriana, para quem o trabalho de educar e pesquisar é parte de um só corpo. Para Freire, ao ensinar se continua buscando, reprocuroando. Ensina-se porque busca, investigou, investiga e se investiga. Daí a pesquisa ajuda a constatar e constatando, intervém, educa e se educa. Pesquisa-se para conhecer o ainda não conhecido e assim socializar o resultado no processo educativo da comunidade (cf. FREIRE, 2005, p. 29).

Diante disto, a presente pesquisa teve por objetivo geral, realizar um diagnóstico sobre a realidade dos pescadores e pescadoras artesanais nos municípios de *Buritizeiro, Pirapora, Várzea da Palma (especificamente na Barra do Guaicuí), Ibiaí, Januária, Maria da Cruz, Ponto Chique, São Francisco, Matias Cardoso e Itacarambi. Ao longo do processo foram acrescentados: São Romão e Manga, por demanda dos envolvidos nestes arredores.* Como objetivos específicos, foram propostos:

- 1- Elaborar um relatório sobre a atividade profissional dos(as) pescadores(as) artesanais;
- 2- Levantar o perfil sócio-econômico (propriedade, escolaridade, renda familiar) dos pescadores e pescadoras artesanais;
- 3- Identificar os elementos mais prejudiciais à vida e à dignidade dos (as) pescadores (as), dialogando com eles/elas;
- 4- Construir, posteriormente, um Projeto de Intervenção Sócio-econômico.

Dentro do previsto, a pesquisa teve caminhos metodológicos de envolvimento participativo, ajudando os pescadores/as e vazanteiros/as a conversar e refletir sobre os problemas, possibilitando um levantamento mais conciso dos mesmos. O processo foi coordenado por uma equipe pesquisadora e coordenadora, que envolveu também pesquisadores comunitários, com o objetivo de tornar o trabalho mais familiar e despertar as lideranças locais sobre o assunto em pauta. Foram feitas visitas com conversas formais e informais, rodas de conversas familiares e comunitárias.

A metodologia serviu-se de: entrevistas individuais/familiares; anotações, fotos/filmagens; entrevistas com órgãos públicos; entrevistas com lideranças; oficinas locais; encontro com lideranças/colaboradores e parceiros - para reflexão dos dados e apontar linhas de análise e de possíveis ações; elaboração de relatório e textos; seminário de pescadores e vazanteiros para debate e encaminhamentos relacionados aos resultados da pesquisa.

Os instrumentos materiais utilizados foram: questionários, roteiros para oficinas, câmara fotográfica e filmagens, projetor de imagens, materiais de anotações. Foram aplicados um total de 368 questionários, cujas informações serviram de base para este relatório. Contudo, os demais instrumentos têm aqui, igualmente, merecida importância para elaboração e análise dos dados coletados nos questionários.

O processo da pesquisa teve seus limites metodológicos e estratégicos. Quanto ao trabalho com os pesquisadores comunitários, houve a dificuldade de encontrar voluntários com disponibilidade e habilidades necessárias. Alguns itens do questionário aplicado ficaram em branco por descuido ou por falta de compreensão, ainda que estes tenham sido orientados – talvez, não o suficiente. Para evitar maiores prejuízos a equipe responsável se desdobrou buscando as informações possíveis.

Quanto à entrevista com os órgãos públicos afins, houve dificuldade de obter as informações necessárias, uma vez que a maioria destes não se dispunha a dar as informações como solicitadas ou não se interessaram em atender o pesquisador/a. Porém, o relato das entrevistas realizadas foram consideradas úteis como documentos para ajudar a compreender questões colocadas pelos pescadores/as afins à estes órgãos. Elas seguem anexas a este relatório.

Na coleta das informações junto aos pescadores/as houve dificuldades que deixaram a desejar, pelo fato deles, em geral, não fornecerem informações que suspeitavam desagradar às direções das colônias - alguns, sequer aceitaram ser entrevistados sem autorização das chefias. Esta situação foi mais acentuada em Pirapora e Buritizeiro.

O período da coleta das informações foi de Fevereiro a Outubro de 2010, com um esforço das/os pesquisadoras/es em trabalhar observando a relação dos/as pescadores/as com o rio e suas margens – território; a relação pesca/terra/vazantes; a compreensão dos informantes sobre o que lhes era perguntado e as principais preocupações/problemas que apontavam. Isto ajudou a confrontar o que foi previamente levantando pelos pescadores, no início (as informações soltas), com a realidade pesquisada. O que confirmou e aprofundou os resultados obtidos.

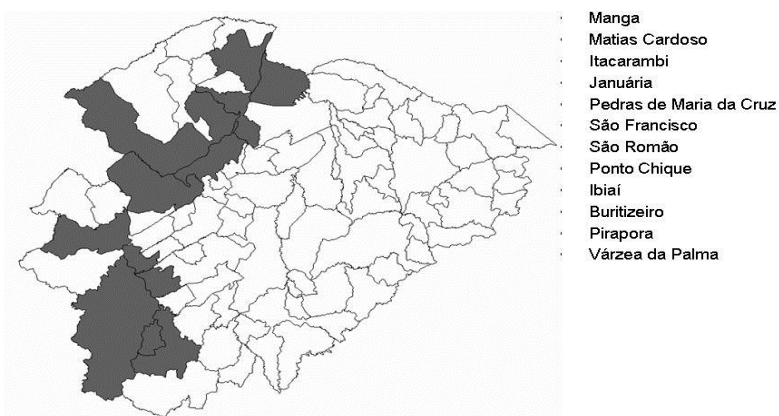
A pesquisa foi de iniciativa do CPP; Irmãs da Divina Providência/IDP e CPT, a partir das experiências do Projeto São Francisco/Articulação Popular São Francisco Vivo. Coordenaram a pesquisa: Letícia Aparecida Rocha, Neusa Francisca Nascimento, Thaísa Gomes Ferreira. Contou-se também com outros parceiros/colaboradores: Coordenadoria Ecumênica de Serviço/CESE; Cáritas Diocesana de Montes Claros;

Professoras da UNIMONTES; José Nailto, técnico na Tabulação/análise; Colônias de pescadores (Januária, S. Francisco, S. Romão, Pedras de Maria da Cruz, Pirapora, Ibiaí); Associações de Vazanteiros (Itacarambi – Manga – Pedras de Maria da Cruz); Paróquias de Ponto Chique e Pedras de Maria da Cruz.

## 1. COMPILAÇÃO (COLETA) DE DADOS:

As informações foram coletadas em 12 municípios ribeirinhos do São Francisco norte mineiro.

### Municípios visitados



A escolha destes municípios deveu-se, não somente por serem ribeirinhos, mas também porque em quase todos eles, já havia algum envolvimento enquanto Articulação Popular do São Francisco, seja com o público de interesse, ou com organizações que possibilitaram certo suporte estrutural, como os contatos indispensáveis no processo e, sobretudo, por apontarem, de certa forma, a demanda por um trabalho deste porte, a partir das colocações acima. Outro fator foram as informações de antemão advindas das Colônias, sobre o número significativo de pescadores existentes nesta região.

A pesquisa sendo por amostragem, baseou-se no número de filiados nas colônias, conforme informações das direções das mesmas. Das sete colônias estabelecidas no espaço pesquisado, quatro não informaram quantidade exata de filiados, acrescentando um “aproximadamente” ao número informado. Com esta consideração, somou-se 4.369 filiados. Houve o esforço de aproximar uma amostra de 10% sobre este universo. Em cada município buscou-se distribuir esta cota em

localidades diversas, cuidando de não ficar somente nos centros das cidades, indo também à zona rural e periferias.

O principal instrumento de coleta dos dados foi o questionário usado para entrevistas individuais com um dos membros da família, que trabalha na pesca. Quando os familiares estavam presentes estes eram inseridos nas entrevistas, o que favorecia o diálogo, a troca de informações entre pesquisadoras e informantes, e, em geral, fluía um diálogo reflexivo acerca de problemáticas levantadas. O uso do questionário foi priorizado pelo conhecimento prévio do público, que insinuou ser este uma forma mais simples e segura para registrar as informações. Isto porque intimida menos que os outros instrumentos, como a câmara fotográfica e filmadora. Contudo, a câmara fotográfica foi utilizada em todos os municípios e a filmagem pôde ser feita em vários casos.

As oficinas ocorreram em menor proporção que o previsto, pela percepção de que se tratava de um público não habituado a reunir-se pra assuntos referentes a estes problemas gerais. Na maioria dos lugares, este instrumento não coube. No geral, foi substituído por reuniões que serviram para preparar a comunidade para as entrevistas, o que foi positivo. A interação com as famílias envolvidas passou pela hospedagem da equipe pesquisadora nas casas, visitas domiciliares, travessias de barco rumo às Ilhas e outras áreas de vazantes, reuniões e oficinas, além do cafezinho ou almoço oferecidos, em momentos em que o bate-papo fluía espontaneamente.

O contato com as colônias, no decorrer do processo, foi de suma importância na maioria dos municípios. Sem as quais, pouca seria a aproximação dos pescadores/as. A necessidade se fez além do previsto. Por outro lado, o fato das colônias estarem muito presentes no ato das entrevistas ou tê-las autorizado na maioria dos lugares, comprometeu as respostas de algumas perguntas sobre a relação do pescadora/a com a colônia, como dito anteriormente. Com exceções, obviamente, os pescadores/as se viram intimidados a dizer o que pensavam. Nos lugares em que a pesquisa chegou sem interferência das colônias, os entrevistados em geral, discorriam mais a vontade sobre as condições das mesmas. O diálogo com outras organizações locais também foi importante e necessário. Associações de vazanteiros e de pescadores, paróquias, Comunidades Religiosas, Movimento sem Terra etc., contribuíram para o acesso ao público de interesse e nas estruturas básicas.

## **2. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

O relato que segue traz um pouco da percepção das pesquisadoras no contato e diálogo com as comunidades pesquisadas após debate com outros colaboradores. Ele pode ajudar a entender os dados mostrados nas tabelas, inclusive contradições aparentes para quem não teve a oportunidade de ir a campo. Ele tenta contemplar alguns dos dados das tabelas apresentadas. Trata-se de reflexões sobre temas considerados pertinentes pela equipe pesquisadora no debate com os envolvidos no processo. Obviamente, o relato também quer contribuir no cuidado de preservar a memória deste povo - “guardiões do rio” - e impulsionar a luta por um rio São Francisco vivo, com sua terra, suas águas, seus rios e seu povo!

Ao adentrar na leitura dos temas que seguem, convém chamar a atenção de que nos municípios, foram entrevistados alguns órgãos municipais: as Secretarias de Saúde, educação, agricultura e meio-ambiente, CODEMA, a fim de verificar o que estas tinham de específico para atendimento a este público dos pescadores/as. Em lugar nenhum se encontrou uma ação organizada do município neste sentido. Onde tem algo é ocasional, de iniciativa de terceiros ou das Colônias (cf. anexo: entrevista com órgãos afins).

## **2.1 Moradia**

Todas as cidades pesquisadas têm também sua característica rural – cf. o mapa dos municípios (pág. 6). É comum as famílias terem residência nas periferias das cidades, e, simultaneamente, barracos muito singelos (até mesmo de lona preta) nas ilhas para trabalhar. Nestes casos, costumam se referir à casa da cidade como moradia e o barraco da roça que fica na Ilha ou à beira do rio, como lugar de trabalho onde plantam ou serve como apoio ao trabalho da pesca. O movimento da pesca ocupa todo esse espaço da cidade ao rio (águas e margens). Este fator dá indícios para pensar, posteriormente, a complexidade do território da pesca, no cenário atual, compreendendo este como espaço necessário à *reprodução material, social e simbólica*, como afirma COTTA (2009, p.01).

Por outro lado, existem muitas famílias que fixam residência nas Ilhas como foi observado em Pedras de Maria da Cruz, São Romão, Matias Cardoso e Itacarambi. Até onde se verificou os que se dedicam somente à pesca e não vazantes, em geral, estão nas periferias das cidades. E, apesar dos dados informarem que 87,5% dos entrevistados têm casa própria, observa-se que a maior parte das moradias, mesmo nas cidades, é muito simples, algumas bem precárias.

<b>N° 1 - Casa própria</b>		
	<i>Frequência</i>	<i>% válido</i>
Sim	293	87,5
Não	42	12,5
<b>Total</b>	<b>335</b>	<b>100,0</b>
Branco	33	
Total	368	

Os pescadores na região Norte de Minas estão, em geral, dispersos. Existem povoados ainda, como nas Ilhas, onde pela própria dimensão geográfica, estão bem próximos. Há povoados pequenos e de longa história de existência, às margens do rio, como é o caso da Barra do Urucuia (município de São Francisco) e Jatobá (Januária) onde grande parte ainda são pescadores.

Outro dado importante de ressaltar neste aspecto moradia/territorialidade é o tempo na comunidade.

<b>N° 2 -Tempo na comunidade</b>		
	<i>Frequência</i>	<i>% válido</i>
Em branco	34	9,2
Até 10 anos	49	13,3
De 10 a 30 anos	137	37,2
Mais de 30 anos	148	40,2
<b>Total</b>	<b>368</b>	<b>100,0</b>

<b>N°3 - Tempo na comunidade/média</b>				
<i>N°</i>	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	<i>Media</i>	<i>Desv. Típ.</i>
368	0,00	71,00	28,1766	18,27146

30,2% das famílias estão na comunidade há mais de 10 anos e 40,2% estão há mais de 30 anos, chegando até 71 anos. Ou seja, estão ali por gerações.

## **2.2 Migração**

Observa-se o movimento migratório dentro da bacia do São Francisco, de uma cidade ou estado para outro, em geral, acompanhando o rio, do nordeste para o Norte de Minas. No Jatobá, eles contam que seus antepassados vieram de Pernambuco. A Barra do Urucuia é conhecida como “Vila dos Baianos”, identificando as origens. E são muitas as histórias familiares ou pessoais, mais antigas e recentes indicando esse movimento migratório. As razões são sempre relacionadas à busca de melhoria, sobrevivência. É curioso que procuram ficar próximos ao rio, conservando este vínculo.

A tabela acima, sobre tempo na comunidade, indicando 13,3% das famílias com menos de 10 anos vivendo na comunidade, chegando até o mínimo de 0,0%, ou seja com menos de um ano, dá idéia do tamanho deste movimento migratório. Mas foi observado que, atualmente, ele está se dando, basicamente, entre cidades vizinhas ou entre localidades do próprio município.

### 2.3 Trabalho

Quanto ao exercício de trabalho, geralmente, informam que fazem “bicos”. Dentro disto tem de tudo, trabalham colhendo tomates, na capina, serviços gerais, etc. Fazer “bico” é fazer qualquer coisa que se acha pra satisfazer necessidades básicas. Os dados informam que 23,1% dos entrevistados dizem isto.

<b>Nº. 1 - Outro trabalho</b>		
	<i>Freqüência</i>	<i>% válido</i>
Ramo da construção	21	15,7
Apoio à pesca	6	4,5
Rural e extrativista	8	6,0
Do lar	34	25,4
Comércio	9	6,7
Limpeza e zeladoria	9	6,7
Funcionário de empresa	1	0,7
Bicos	31	23,1
Outros	15	11,2
<b>Total</b>	<b>134</b>	<b>100,0</b>
Não se aplica	234	
<b>Total</b>	<b>368</b>	

Os demais dão nome ao trabalho, o que confirma pela observação é que não conseguem mais viver só da pesca e admitem ter outras atividades complementares de renda. Não dá pra ignorar aqui, o trabalho na terra, relacionado a uma estratégia antiga de sobrevivência e ao modo de vida. 70,7% se dedicam à pesca e lavoura.

<b>Nº. 2 - Dedicção ao pescado e a lavoura</b>		
	<i>Freqüência</i>	<i>% válido</i>
Nem pescado ou lavoura	1	0,3
Exclusiva ao pescado	92	25,0
Exclusiva a lavoura	15	4,1
Pescado e Lavoura	260	70,7
<b>Total</b>	<b>368</b>	<b>100,0</b>

Em segundo lugar está o ramo da construção civil, onde 15,7% dos entrevistados atuam, exercendo-a como atividade remunerada paralela a pesca. Além disso, tem o trabalho do lar, com 25,4%, que indica o serviço de casa, no caso das mulheres. Muitas delas se despertaram para reconhecer a atividade que exercem, a partir das reflexões feitas no processo da pesquisa sobre a valorização do trabalho da mulher.

Percebeu-se que um elemento impulsionador da busca de outras atividades complementares é o não acesso à terra de plantio nas ilhas e margens do rio que, sendo estas ocupadas pelas empresas, fazendas e outros, a parte que lhes resta é minguada e disputada entre eles próprios. Foi visto que a migração temporária do trabalho é pouca entre os pescadores/as entrevistados. Ela se dá mais entre membros da família, e é pelo menos por três razões: porque não pescam ou pescam só quando não tem alternativa, ou por não se conformarem em viver somente da pesca, com os benefícios do governo/Estado. Quando falam sobre a razão de não pescar e ter que migrar em busca de trabalho, aparece muitas vezes, a relação com a escassez do peixe e às dificuldades associadas a isto em conformidade com os dados referentes aos problemas destacados – tabela n. 25.

Neste êxodo, costuma dizer, em maior frequência, que vão pra São Paulo, Belo Horizonte e sul de Minas. Lá trabalham em firmas, nas colheitas, emprego doméstico, entre outros.

Impressiona o grande número de jovens e adultos ociosos nas famílias. Há o dado de que 64,9% (tabela n. 23) das famílias recebem algum tipo de benefícios do Estado/governo, o que parece ter diminuído a necessidade de migração a procura de trabalho, mas também favorecendo esta ociosidade no contexto da complexidade das condições e da pouca oportunidade de emprego.

<b>Nº. 3 - Recebe benefício do governo</b>		
	<i>Freqüência</i>	<i>% válido</i>
Sim	239	64,9
Não	129	35,1
Total	368	100,0

Outra fonte encontrada como renda complementar dos pescadores artesanais, foi a de guia/orientador (entre eles usam o nome de Pirangueiro) dos pescadores amadores quanto ao ofício da pesca e indicação de locais apropriados para a pesca, mas, pouco expresso nas entrevistas.

A existência desta fonte complementar da renda surge devido a necessidade econômica, mas é conflituosa entre eles. De modo geral, há uma revolta manifesta

quanto aos amadores. Percebe-se uma disputa por espaço no rio e suas margens. Sobretudo, em Ponto Chique, Matias Cardoso e proximidades. Os pescadores relatam que: *“a pesca amadora tirou o espaço da pesca profissional, artesanal. A pesca profissional respeita um limite de 100 metros dentro do rio para armar suas redes. Enquanto o amador não respeita este limite. Não respeita o pescador artesanal dentro do rio. Pescam embriagados e usam barco de maior potência, em alta velocidade provocando ondas no rio, o que causa esbarrancamento nas margens e aumenta riscos de acidentes; destrói os instrumentos da pesca artesanal; capturam peixes fora de tabela, e não são multados. Levam pra casa quantidade de peixes muito além do permitido (chegando até 200kg). Os pescadores amadores estão usando duas carteiras, uma de amador (para pescar) e outra de profissional/artesanal (para transportar o peixe). Estes estão usando Isca especial – mistura de sangue de boi com milho/ uma isca cara – técnica que atrai uma grande quantidade de peixe de todo tamanho e espécie, o que prejudica muito a pesca artesanal.”*<sup>3</sup>

A denúncia é apoiada no artigo 8º da lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que classifica a Pesca artesanal de caráter comercial: *“praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte”*. E a Pesca amadora de caráter não-comercial: *“praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto”*. A denúncia demanda maior aprofundamento legal, o que não é possível alongar aqui, e também serve de demanda para ação nas bases.

É neste contexto que se dá a relação do pescador artesanal com os amadores, causando constrangimento entre os próprios artesanais. A situação justifica o fato de não aparecer dados significativos sobre este “outro trabalho” nas tabelas. Há receio em pronunciar isto, mesmo que todo mundo saiba. O fato foi observado e apareceu claramente em conversas informais e em grupos menores. No item “apoio a pesca” (cf. tabela nº 4), não inclui o Amador, ali está o fabricante de barcos, fazedor de tralhas de pesca e vendedor de peixe, somando 4,5% (informação que se refere a quem as pratica como trabalho pra gerar renda, não por quem o faz entre família, pra consumo próprio).

---

<sup>3</sup> Trecho retirado de uma carta denúncia elaborada por pescadores e vazanteiros, em Ponto Chique, em Outubro de 2010, no processo da pesquisa.

## 2.4 Educação

Quanto à **educação**, observa-se que quem estuda nem sempre o faz na própria comunidade. Algumas comunidades têm escola para o Ensino Fundamental, que por sua vez, recebe alunos de outra comunidade. No entanto, o mais comum é ir pra cidade. O transporte escolar é insuficiente e ineficiente segundo aparências e os relatos das famílias, embora há casos de que seja o único transporte disponível para ter acesso à comunidade, como é o caso da comunidade quilombola de Ribanceira.

Estes fatores foram percebidos como dificultador maior para os adultos que não têm disponibilidade de tempo e precisariam de incentivo pra estudar. São questões que sintonizam os resultados numéricos da pesquisa. Considerando o dado (tabela nº 7) de que 95,6% dos entrevistados foram adultos (pai ou mãe), a informação de que 17,5% destes não têm escolaridade (tabela nº 8), reflete que quem se encontra nessa situação é este público.

<b>Nº. 4 - Familiar entrevistado</b>		
	<i>Frequência</i>	<i>% válido</i>
Mãe	84	22,8
Pai	268	72,8
Filho	14	3,8
Filha	2	0,5
<b>Total</b>	<b>368</b>	<b>100,0</b>

O dado de 27,9% com escolaridade de 1ª a 4ª série incompleta (tabela nº 8), mostra a complexidade da situação, já que este dado inclui carência de formação desde a 1ª série - que envolve nesse caso os que se quer conseguem assinar seu nome com tranqüilidade. Isto foi observado nos contatos com este público.

<b>Nº. 5 - Escolaridade dos entrevistados</b>		
	<i>Frequência</i>	<i>% válido</i>
Sem escolaridade <sup>4</sup>	64	17,5
1ª a 4ª série incompleto	102	27,9
1ª a 4ª série completo	96	26,2
5ª a 8ª série incompleto	53	14,5
5ª a 8ª série completo	20	5,5
Ensino médio incompleto	14	3,8
Ensino médio completo	17	4,6
<b>Total</b>	<b>366</b>	<b>100,0</b>
Não soube informar	2	
Total	368	

<sup>4</sup> - Sem escolaridade inclui os que se declararam analfabetos ou semi-analfabeto (desenha o nome, lê algo mas não escreve ou escreve alguma coisa mas não lê e/ou não compreende o que lê).

Entre os familiares, esse dado “sem escolaridade” cai para 9,5%, mas quanto ao ensino incompleto até a 4ª série, a diferença ainda é pouca (25,1%). Observou-se que esta realidade é um dos pontos que exigem no trabalho de formação de base, junto à estas comunidade quanto a metodologia e recursos didáticos.

<b>Nº. 6 - Escolaridade dos familiares</b>		
	<i>Freqüência</i>	<i>% válido</i>
Sem escolaridade	160	<b>9,5</b>
Creche	9	<b>0,5</b>
Pré-escolar	35	<b>2,1</b>
1ª a 4ª série incompleto	424	<b>25,1</b>
1ª a 4ª série completo	194	<b>11,5</b>
5ª a 8ª série incompleto	404	<b>23,9</b>
5ª a 8ª série completo	87	<b>5,2</b>
Ensino médio incompleto	162	<b>9,6</b>
Ensino médio completo	195	<b>11,6</b>
Ensino superior incompleto	12	<b>0,7</b>
Ensino superior completo	6	<b>0,4</b>
Total	1.688	<b>100,0</b>
Não soube informar	84	
Não se aplica	97	
Total	181	
<b>Total</b>	<b>1.869</b>	

Diante disto, o que ainda chama a atenção é que, nos municípios, as Secretarias de Educação e outras entrevistadas não comprovaram existência de nenhuma ação organizada considerando a especificidade deste publico.

## **2.5 Comercialização**

66,8% dos entrevistados dizem que não tem dificuldade de comercializar, já que a escassez de peixe aumenta a procura dos compradores.

<b>Nº. 7 - Dificuldade de comercializar?</b>		
	<i>Freqüência</i>	<i>% válido</i>
Sim	113	33,2
Não	227	66,8
<b>Total</b>	<b>340</b>	<b>100,0</b>
Não se aplica	28	
Total	368	

No entanto, constatou-se nas conversas espontâneas e observações, que a falta de condições de armazenamento é um entrave – pode-se ver nas tabelas nº 11, abaixo, e a nº. 27, quando citam falta de recursos técnicos, equipamentos.

**Nº. 8 - Qual dificuldade de comercializar**

<i>Dificuldades para comercializar</i>	<i>Respostas</i>		<i>Porcentagem de casos</i>
	<i>Nº</i>	<i>Porcentagem</i>	
Armazenamento	33	21,4%	30,8%
Falta comprador	31	20,1%	29,0%
Escassez do peixe	6	3,9%	5,6%
Baixo preço	24	15,6%	22,4%
Concorrência	11	7,1%	10,3%
Exigência do mercado, fiscalização	4	2,6%	3,7%
Transporte	20	13,0%	18,7%
Estrutura de comercialização	10	6,5%	9,3%
Inadimplência, demora no pagamento	7	4,5%	6,5%
Ter que vender a varejo	3	1,9%	2,8%
Outras dificuldades	5	3,2%	4,7%
Total	154	100,0%	143,9%

Os 33,2% que dizem ter dificuldades citam questões que tem a ver com a infraestrutura (armazenamento, estrutura de comercialização, falta de comprador, transporte) ou estratégia de venda/mercado (vender à varejo, baixo preço, concorrência, fiscalização, inadimplência). Foi visto que as Colônias estão buscando projetos para este fim, junto ao governo federal. Observou-se caso em que a colônia, há algum tempo, investiu em estruturas maiores e que agora estão sucateadas. Apesar das diretorias atuais afirmarem que isto se deve à ineficiência administrativa de direções anteriores, o assunto carece de aprofundamento, levando em conta a ineficiência das políticas do Estado, as dificuldades financeiras e organizacionais que os pescadores enfrentam na relação com as colônias, entre outros fatores da conjuntura social e política do mundo da pesca.

A política das colônias neste sentido é comprar o peixe do pescador com valor que dê para revender. Há pescadores que se negam a fazer isto. Outros avaliam como positivo, o fato de ter o lugar certo de entrega do produto e a ajuda à Colônia. No entanto, pescadores que moram em localidades distantes das colônias necessitam, de qualquer forma, do armazenamento local. Não foram constatados empreendimentos visando possibilitar isto nas comunidades. Quem tem um congelador, o tem por conta própria, como dizem.

Por outro lado, o problema da comercialização tem fatores diversos, como se observa nas tabelas de dados. Como cada entrevistado pôde dar mais que uma resposta à questão, constata-se que um mesmo pescador tem diversos problemas referentes ao assunto.

O meio de transporte mais utilizado, conforme observado e relatado, é a bicicleta, a motocicleta e o próprio barco, quando por água. Mas a maioria faz todo o trajeto e o transporte à pé.

Embora a venda direta esteja em 40,4%, é comum a venda para atravessadores (20,3%)

**Nº. 9 - Como comercializa**

<i>Como comercializa</i>	<i>Respostas</i>		<i>Porcentagem de casos</i>
	<i>Nº</i>	<i>Porcentagem</i>	
Vende para atravessador	109	20,3%	29,9%
Vende para a Colônia	80	14,9%	22,0%
Vende para o comércio	55	10,2%	15,1%
Faz trocas	2	0,4%	0,5%
Consumo	58	10,8%	15,9%
Venda direta, feira.	217	40,4%	59,6%
Vende as sobras	9	1,7%	2,5%
Vende para CONAB	7	1,3%	1,9%
Total	537	100,0%	147,5%

Fica a pergunta se outras formas que aparecem também não se caracterizam como atravessador. Somando junto, a venda para Colônias (14,9%) e venda para o comércio local (10, 2%) totaliza 45,4% a comercialização em tal condição. Nos lugarejos fora das cidades foi expresso o desejo de ter um ponto de venda comum e acessível para os trabalhadores da pesca e vazante. Em vários momentos, a dificuldade de comercialização apareceu mais em relação aos produtos da vazante/roça do que da pesca. Há que se dialogar melhor esta relação com as colônias no processo de comercialização.

É comum ouvir que atravessadores de fora vêm comprar o peixe na beira do rio ou nas casas (vem das cidades próximas, mas também de Belo Horizonte e São Paulo. Entre esses inclui pescadores amadores). Mas têm os atravessadores locais, os revendedores. Há o atravessador “mais justo” e “menos justo”, dizem. Em Ibiaí, foi falado da existência de um atravessador local, assunto do qual pouca gente fala e quem fala, o faz em segredo. Trata-se de exploração dos pescadores mais pobres semelhante à do trabalho escravo, como troca do peixe por óleo de motor e outros, de forma que o pescador fica sempre dependente deste atravessador.

Do ponto de vista da subsistência é interessante perceber no cotidiano das comunidades que considerável parte do pescado é comercializada localmente e 10,8% é destinado ao consumo próprio. Existe a prática de comercialização local nas peixarias e venda direta – nas ruas, na vizinhança ou na porta da própria casa. Ocorre que nas

famílias que comercializam, o pescado significa dinheiro. O que costuma ficar para consumo são produtos da roça. É comum ver as famílias comerem carnes bovinas e frango de granja, mesmo havendo a chance de comer o peixe. É que este item estando escasso e sendo vendável é destinado a prover outras necessidades.

## 2.6 Políticas Públicas e Direitos Previdenciários

No diálogo com as lideranças e famílias, o que se observou em termos de Políticas Públicas existentes e do conhecimento do público foram as linhas de crédito/PRONAF, o programa Pescando Letras/educação e os benefícios: Seguro Defeso; Seguro Maternidade; Aposentadoria por idade ou Invalidez; auxílio doença. Todos esses benefícios deixam muito a desejar por parte dos gestores. Na área da Educação, nada se viu de específico para o pescador/a. O nome “Pescando Letras” (programa do governo federal) soa estranho nas Secretarias de Educação visitadas, com exceção apenas de uma que disse saber do programa.

À pergunta “Quais os direitos dos pescadores que você conhece?” foram dadas 604 respostas. A maioria, 25,8% citou o Seguro e 34,4% das respostas estão na linha do “não soube responder ou não conhece”.

<b>Nº. 10 - Direitos dos pescadores</b>			
<i>Direitos dos pescadores citados pelos entrevistados</i>	<i>Respostas</i>		<i>Porcentagem de casos</i>
	<i>Nº</i>	<i>Porcentagem</i>	
Seguro defeso	156	25,8%	42,6%
Aposentadoria/Pensão	87	14,4%	23,8%
Não soube responder	78	12,9%	21,3%
Auxílio doença	54	8,9%	14,8%
Atendimento de saúde	34	5,6%	9,3%
Acesso a projetos, financiamentos.	29	4,8%	7,9%
Direito a pesca	28	4,6%	7,7%
Auxílio maternidade	27	4,5%	7,4%
Não conhece, falta informação.	23	3,8%	6,3%
Cesta básica, auxílio.	21	3,5%	5,7%
Outros direitos	19	3,1%	5,2%
Sem resposta, em branco.	16	2,6%	4,4%
Benefícios, equipamentos	15	2,5%	4,1%
Dificuldade de diferenciar direito e deveres	9	1,5%	2,5%
Comercialização do peixe	4	0,7%	1,1%
Votar, ter voz na colônia.	4	0,7%	1,1%
<b>Total</b>	<b>604</b>	<b>100,0%</b>	<b>165,0%</b>

O Seguro Defeso e as aposentadorias, entre os pescadores/as ressoam mais como benefícios concedidos pelas Colônias do que como Política do Estado/Governo. Há um medo visível de não ser beneficiado ou de perder o que tem. Isto os leva a declarar que

não tem problemas, “tudo está bom”. Achrom que não podem reclamar de nada pra merecer o benefício e até se calam – como denunciam muitas das respostas em branco nas tabelas. E em alguns casos houve quem se recusou a participar das entrevistas.

<b>Nº. 11 - Dificuldade para obter benefício</b>		
	<i>Frequência</i>	<i>% válido</i>
Sim	120	32,8
Não	142	38,8
não respondeu	104	28,4
<b>Total</b>	<b>366</b>	<b>100,0</b>
Em branco	2	
Total	368	

Perguntados se tinham dificuldades para obter os benefícios, 38,8% disseram que não. Nas conversas, contraditoriamente, revelaram o contrário, e 28,4% não respondeu. No que concerne às linhas de crédito, ouviu-se algumas falas sobre situações de pescadores endividados.

O desconhecimento por parte dos pescadores quanto aos direitos previdenciários é fato dado. Observou-se que sabem do benefício Seguro Defeso e Aposentadoria, mas não associam isto como direito. Até porque, há desconhecimento do próprio termo – o que são direitos? - Esta questão nas entrevistas individuais demandou tempo e habilidade para colher a informação. Como a intenção era também verificar a compreensão acerca do assunto e por circunstâncias óbvias, não careceu atender tal demanda.

## **2.7 Juventude na pesca**

Nas trocas de conversas com familiares e com outros colaboradores envolvidos se constatou que a juventude, no geral, tem pouca perspectiva em relação à pesca. “*Nós pescadores temos o sonho de manter a pesca, mas meu filho, por exemplo, não gosta de ir à pesca. Fala-se em incentivo para os jovens na pesca, dentro das Políticas Públicas, mas isso ocorre em alguns casos*”, disse JD, pescador. É visto que o jovem vai pescar por uma questão de sobrevivência, mas não é comum revelar o gosto e desejo de continuar na pesca, como revela muitos pescadores/as adultos. Pescam pra obter autonomia, ter seu dinheiro próprio. “*Hoje em dia, ninguém quer pescar, pois sabe que é sofrido*” – diz outro pescador.

A pesca em si não é opção do jovem, enquanto profissão. O jovem vai pescar, ou não, dependendo mais da relação dele com a renda do que por tradição. Ele procura a pesca na medida em que há uma relação com a sobrevivência. A relação do filho com os pais na pesca aparece muito mais por questão econômica. Existe a dimensão da tradição, mas subsiste a necessidade econômica. Será que o não querer a profissão de pesca também tem algo a ver com a organicidade dos pescadores no mundo da pesca? A não organicidade ou o modelo de organicidade institucional das Colônias, único existente, parece não estimular a nova geração. Mas há que se aprofundar o porquê disto no contexto mais amplo. Foi percebida esta mesma realidade nos Sindicatos e outras associações rurais nos municípios percorridos. Esta constatação se dá pela ausência visível da juventude nestes espaços. Os dados informam que entre os/as pescadores/as entrevistados/as, 4% têm até 24 anos.

<b>Nº. 12 - Faixa etária dos entrevistados</b>		
	<i>Frequência</i>	<i>% válido</i>
11 a 18 anos	2	0,5
19 a 24 anos	13	3,5
25 a 35 anos	81	22,0
36 a 45 anos	78	21,2
46 a 60 anos	142	38,6
60 anos ou mais	52	14,1
<b>Total</b>	<b>368</b>	<b>100,0</b>

22% têm de 25 a 35 anos. Nesta faixa observou-se que boa parte já constituiu família. A pesca tornou-se o trabalho possível. E os benefícios, como o Seguro Defeso, estimulam assumir a profissão.

<b>Nº. 13 - Faixa etária dos familiares</b>		
	<i>Frequência</i>	<i>% válido</i>
Até 10 anos	334	17,9
11 a 18 anos	422	22,6
19 a 24 anos	227	12,1
25 a 35 anos	302	16,2
36 a 45 anos	177	9,5
46 a 60 anos	260	13,9
60 anos ou mais	101	5,4
Não informada	46	2,5
<b>Total</b>	<b>1.869</b>	<b>100,0</b>

Entre os familiares 34,7% estão entre 11 e 24 anos.

<b>Nº. 14 - Trabalho na pesca/familiares</b>		
	<i>Frequência</i>	<i>% válido</i>
Sim	818	43,8
Não	1.051	56,2
<b>Total</b>	<b>1.869</b>	<b>100,0</b>

Apesar de 43,8% dos familiares afirmarem que trabalham na pesca, percebeu-se que nem todos se dedicam à pesca de fato, ainda que possuam a carteira profissional.

## **2.8 Mulher/pescadora**

As mulheres pescam com os cônjuges ou com o filho, algumas pescam com vizinhas, uma parente, às vezes sozinhas. A pesca está muito relacionada à sobrevivência diária familiar. É comum a pesca de anzol, normalmente para complemento alimentar.

Os espaços de decisões da pesca ainda são masculinos. Quem é a referência, na maioria das vezes, é o homem, sobretudo na decisão sobre a venda. Ainda que a mulher venda o peixe, quando perguntadas sobre o assunto, elas, muitas vezes, apontam ele como responsável. E se o mesmo está presente, quando perguntado quem vende, ele diz: “eu” ou “nós dois”. Contudo, os dados evidenciam a participação feminina na venda do produto em 39%. A comercialização se relaciona ao dinheiro, a administração da renda, cuja conotação é masculina, “do chefe da casa”.

<b>Nº. 15 - Divisão de tarefas/venda</b>		
	<i>Frequência</i>	<i>% válido</i>
Mulher	34	10,0
Mulher e Filho(a)	3	0,9
Homem	189	55,8
Homem e Filho(a)	14	4,1
Mulher e Homem	69	20,4
Mulher, Homem e Filho(a)	26	7,7
Filho(a)	4	1,2
<b>Total</b>	<b>339</b>	<b>100,0</b>
Em branco	29	
<b>Total</b>	<b>368</b>	

**Nº. 16 - Divisão de tarefas/Administração**

	<i>Freqüência</i>	<i>% válido</i>
Mulher	62	17,1
Mulher e Filho(a)	1	0,3
Homem	170	47,0
Homem e Filho(a)	5	1,4
Mulher e Homem	112	30,9
Mulher, Homem e Filho(a)	10	2,8
Filho(a)	2	0,6
<b>Total</b>	<b>362</b>	<b>100,0</b>
Em branco	6	
Total	368	

Neste sentido é que os dados mostram 47% das famílias com os homens na administração da renda, apresentando ainda, o homem com o filho em 1,4% e homem, mulher e filho, 2,8%, totalizando 51,2%.

Há casos em que a mulher pesca junto com o marido para aumentar a renda, mas se dá, também pela garantia dos benefícios, sobretudo, o seguro defeso e aposentadoria. Embora muitas saibam que este direito não se limita ao ato de pescar, elas demonstram ser mais seguras disto pescando.

**Nº. 17 - Divisão de tarefas/pesca**

	<i>Freqüência</i>	<i>% válido</i>
Mulher	12	3,4
Mulher e Filho(a)	1	0,3
Homem	174	49,4
Homem e Filho(a)	27	7,7
Mulher e Homem	103	29,3
Mulher, Homem e Filho(a)	32	9,1
Filho(a)	3	0,9
<b>Total</b>	<b>352</b>	<b>100,0</b>
Em branco	16	
Total	368	

Visualiza-se na tabela acima que somando todos os itens em que a mulher aparece na pesca, ela atua em 42,1% das atividades. Enquanto isto, a tabela seguinte mostra que elas são 69,9% no trato do peixe, denotando a concepção da atividade como feminina.

<b>Nº. 18 - Divisão de tarefas/trato do peixe</b>		
	<i>Frequência</i>	<i>% válido</i>
Mulher	103	29,2
Mulher e Filho(a)	16	4,5
Homem	90	25,5
Homem e Filho(a)	12	3,4
Mulher e Homem	93	26,3
Mulher, Homem e Filho(a)	35	9,9
Filho(a)	4	1,1
<b>Total</b>	<b>353</b>	<b>100,0</b>
Em branco	15	
Total	368	

Nas organizações (colônias ou outras), a participação das mulheres é significativa enquanto sócias e, em muitos lugares, nas reuniões. No entanto, a direção e decisões ainda são bastante masculinas. Elas até participam de diretorias, mas pouco emitem opiniões nas discussões e deliberações. Em geral, são caladas.

Embora estejam presentes e ativas nos trabalhos da pesca e vazante que envolve todo um convívio familiar e comunitário às margens do rio, a mulher tem pouca expressão. Qual é o lugar da mulher na pesca? Pergunta-se para um futuro aprofundamento.

## **2.9 Questão Racial**

É conhecido por diversas fontes bibliográficas que os portugueses, a partir do século XVI, começaram a trazer os africanos como mão de obra escrava para as fazendas de açúcar do Nordeste. A partir do século XVIII, os negros eram destinados preferencialmente às minas de ouro. RIBEIRO (2005), discorrendo sobre a exploração da mão de obra escrava nas minas (MG), diz que na busca de refúgios naturais, os quilombos vão se situar em locais tanto de difícil acesso, como mais distantes da região mineradora, procurando ao mesmo tempo proximidade de povoados e buscando o sertão para congregar maior quantidade de negros. Fala de relatos de viajantes, no início do século XIX, tratando da predominância de negros no sertão mineiro e cita lugares do Norte de Minas, como São Romão, Brasília de Minas, Januária, Barra do Guaicuí e outros do Vale São Francisco.

Isto torna compreensível a afirmação do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva/CEDEFES, de que nas regiões norte e nordeste de Minas Gerais se concentram a maior parte das comunidades quilombolas do Estado - menciona também a luta social

latente e acirrada na disputa de territórios com os grileiros de terra, situação que na história tende a acarretar ausência de auto-estima, migração e falta de espaço para produção (CEDEFES:2008).

Texto publicado na BIS (2010), narra que são 08 comunidades quilombolas no município de São Francisco. E que, na época da formação dos quilombos, moravam por ali índios que, supostamente, ensinaram os quilombolas a se adaptarem à mata, caçando, pescando e construindo as moradias, dentre outras habilidades indígenas. Estas informações podem explicar o grande número de comunidades negras na região, cuja economia de subsistência tem a pesca artesanal ainda hoje como referência.

Conforme dito acima, foi observado um forte movimento migratório dentro da bacia do São Francisco, o que também justifica o grande contingente negro, sendo que algumas comunidades têm sua população originária migrante dos Estados da Bahia e Pernambuco e outros berços da cultura étnica africana do Brasil (IBGE, 2006).

São apenas algumas linhas de reflexão para ajudar a ler os dados abaixo em que significativamente se evidencia um percentual alto de pessoas que se identificaram como negras. Entre os entrevistados negros e pardos somam-se 91,6%. E entre os familiares, 91,3%.

<b>Nº. 19 - Etnia/cor dos entrevistados</b>		
	<i>Freqüência</i>	<i>% válido</i>
Negro	153	41,6
Branco	31	8,4
Pardo	184	50,0
<b>Total</b>	<b>368</b>	<b>100,0</b>

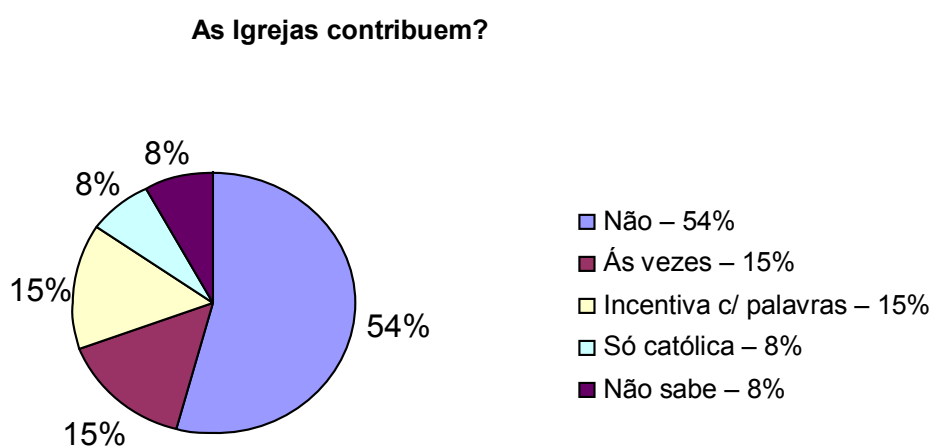
<b>Nº. 20 - Etnia/cor dos familiares</b>		
	<i>Freqüência</i>	<i>% válido</i>
Negro	710	38,0
Branco	163	8,7
Pardo	996	53,3
<b>Total</b>	<b>1.869</b>	<b>100,0</b>

No entanto, percebeu-se muitas vezes um constrangimento nos momentos das entrevistas, quando perguntado *qual sua cor ou raça*, sobretudo entre as crianças e jovens que, estando presentes, faziam piadas e não raro começam a discutir entre si, argumentando ser moreno e não negro ou mesmo, acusando o outro de “negro, sim” sem que este outro concordasse sê-lo. Os pais, em vários casos, sem saber o que responder, chamavam os filhos para que as pesquisadoras vissem e tirassem a conclusão sobre qual a cor. Mas era insistido que os próprios se declarassem. Foi observado também, casos em que, embora de cor negra, as pessoas respondiam que eram pardas e outras diziam ser brancas. Com pouca incidência, houve também gente de cor branca que se declarou pardo. Alguns disseram que “*sendo queimado de sol, era pardo*”, o que

indica a influência do clima levando-os a assumirem a mudança de cor na convivência com a negritude predominante nestas regiões do sertão mineiro.

Verifica-se elementos reveladores de uma consciência de cor, mas não de identidade e tão pouco de etnia, considerando que “a identidade étnica se expressa pelo ato de um grupo poder contar ‘com membros que se identificam a si mesmos e são identificados pelos outros’. Desse modo a construção da identidade étnica tem na auto-afirmação sua grande base fundadora...” (MESQUITA, 2010). O alto índice de negritude demanda atenção para um trabalho que contribua na elevação da auto-estima, na valorização da cultura e do real potencial histórico do povo negro no cenário brasileiro e norte mineiro, afirmando simultaneamente a dimensão do ser pescador/a artesanal enquanto população tradicional na resistência em defesa dos recursos naturais pesqueiros.

## 2.10 Relação com as Igrejas



91% dos familiares se declararam negros ou pardos (tabela nº. 22), no entanto, não se falou de frequência ou prática de qualquer religião de matriz africana ou algo parecido. A forte influência evangélica e o pentecostalismo católico nesta camada popular parecem justificar o fato, por condenarem tais práticas. Na Comunidade de Ribanceira, em São Romão, percebeu-se esta tensão entre a religiosidade ancestral impregnada nas raízes de um grupo que fala em se auto-afirmar como quilombola e as normas da nova religião, “a religião não permite”, dizem.

Percebeu-se uma busca de espiritualidade para o consolo e alento nas tantas asperezas da vida de famílias um tanto desestruturadas e nos desafios da sobrevivência.

O modo como falam do assunto, parece uma busca de sentido e amparo. Quem mais puxa a família neste aspecto é a mulher, geralmente a mãe.

Em relação às questões do rio e dos pescadores, a posição das Igrejas é mais de silêncio e proselitismo. Quando é dito que elas os apóiam é no sentido de que “acha bom ou certo”, mas não por estarem juntas em alguma luta ou por dar suporte concreto. O apoio da Igreja Católica é visível através da CPT que se tornou mais conhecida neste cenário com a Articulação Popular do São Francisco. Em algumas localidades, as paróquias são acessíveis na cessão de espaços para as reuniões, mas são indiferentes às necessidades dos pescadores. Inserem os mesmos nas festas tradicionais como noiteiros, contudo, no dia-a-dia, os que participam da Igreja estão ali anônimos na sua identidade de pescadores. Esta inserção mínima, no entanto, parece favorecer o índice dos 80,9% que se dizem católicos.

<b>Nº. 21 - Igreja/Religião</b>		
	<i>Freqüência</i>	<i>% válido</i>
Católica	296	80,9
Evangélica	60	16,4
Sem religião	9	2,5
Não sabe/neutro/indefinida	1	0,3
<b>Total</b>	<b>366</b>	<b>100,0</b>
Em branco	2	
<b>Total</b>	<b>368</b>	

Durante as entrevistas, quando perguntados se tinham alguma religião e qual, algumas vezes respondiam “católica mesmo”, num tom de que, não seguindo nenhuma religião e não querendo ficar sem, o jeito é ser católico, ou porque ainda se identificam com alguma coisa da Igreja católica, no caso aqui, os festejos tradicionais são referências. Entre os pescadores evangélicos alguns são lideranças e participam significativamente. No entanto, as Igrejas das quais participam são ausentes nos espaços cotidianos das lutas. O gráfico acima ilustra esta afirmação. Ele retrata as respostas das lideranças, quando perguntado sobre o assunto. Essa ausência das Igrejas e religiões na vida concreta destes trabalhadores/as talvez explique os 2,8% que tiveram a coragem de dizer que não seguem nenhuma religião ou não tem definição a este respeito.

## **2.11 Lazer**

Não se percebeu espaço de lazer característico para o público pescador e vazanteiro. Acima de tudo o maior espaço de lazer é mesmo o rio São Francisco,

freqüentado em toda época do ano pelos beiradeiros para apreciar, para banhos e pesca, pois esta não ocorre apenas como trabalho, mas também como lazer. Este movimento no rio é mais intenso na temporada de praias para onde se dirigem a criançada e a juventude. Muitas mulheres participam.

Outros espaços, no geral, são as praças urbanas e quadras de esporte. Campinhos de futebol improvisados pelos próprios moradores estão por toda parte, das Ilhas aos centros das cidades. Da mesma forma, são os barzinhos, em muitos lugares munidos apenas de bebidas alcoólicas, refrigerantes e músicas poucas vezes condizentes com a cultura do povo. Porém é um lazer ainda masculino, sobretudo o futebol. Há comunidades que promovem suas festas tradicionais. As mais comuns são: as Juninas (São João e São Pedro), Padroeiros, folias, forrós. Estas festas acontecem com a população local em geral, mas é comum o envolvimento expressivo das famílias pescadoras em alguns lugares, como na Barra do Urucua/São Francisco, onde a pequena comunidade lida com a pesca, as vazantes e o turismo (nas pousadas).

## **2.12 Regime familiar na pesca**

Observa-se que a atividade da pesca, ainda se dá em regime familiar. Os dados referentes à divisão de tarefas (cf. tabelas acima) confirmam isto, considerando que trabalhar na pesca é participar de todo o processo que a envolve. A legislação respalda isto ao dizer que regime de economia familiar é *“a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes /...”*<sup>5</sup>.

No âmbito extra-familiar, a coletividade existe no ato de pescar, mas o produto da pesca é individual. Costuma-se haver solidariedade, compartilhando embarcação, instrumentos e apetrechos de pesca.

## **2.13 Pescador – vazanteiro**

---

<sup>5</sup> Instrução Normativa nº 45, de 6 de Agosto de 2010, Parágrafo 1º do artigo 7º, inciso XI.

Há pescador que sendo vazanteiro se denomina pescador, não considerando o ser vazanteiro como algo a mais, mas sim como natural na sua convivência com o rio. Os pescadores associam à sua atividade o plantio nas vazantes que é temporário e que complementa a renda familiar. Em outras regiões, os pescadores fazem esta atividade sem que tenham que assumir uma segunda identidade.

Há vazanteiro que não se considera pescador, mesmo que até venda algum pescado, além do consumo familiar. Por isso, o dado de que 4,1% dos entrevistados disseram que não pesca (cf. tabela n. 5). Considerando que aí se incluem também os aposentados, que não pescam mais. Foi preciso um diálogo jeitoso em algumas ilhas pra descobrir que o vazanteiro/a era também um pescador/a. Encontrou-se caso de quem diz ter as carteiras de pescador e de vazanteiro, participando da associação de vazanteiro e da Colônia de pescador, mas afirma “sou vazanteiro” (exemplo em P. M<sup>a</sup> da Cruz). Esta relação pescador e vazanteiro aparece como “duas faces de uma mesma moeda”. Os 70,7% dos entrevistados que afirmam se dedicar, simultaneamente, à pesca e lavoura (cf. tabela n. 5), reflete esta realidade. Apesar de ter quem, sem esta identidade tão forte, se instale nas margens do rio, comprando “direitos” de outros que lhe venderam por necessidade financeira, ou por outras eventualidades. ARAÚJO em sua dissertação confirma isto ao dizer que “*atualmente a compra de direitos é a forma predominante de acesso à ilha pelos chegantes...*” (2010: 51).

Observou-se que entre os vazanteiros que não costumam pescar, é maior a dificuldade de relacionar a vida e atividades com a existência do rio e suas problemáticas. Inclusive o uso de agrotóxicos nas plantações, se torna comum, sem demonstrar preocupação sobre a relação disto com o rio. As iniciativas de agroecologia na região são focais e não atingem a população do rio. Em Manga, Matias Cardoso e proximidades, onde esses trabalhadores têm um acompanhamento neste sentido, percebe-se uma visão e uma prática mais consciente sobre isto. Na região de Pedras de Maria da Cruz e Januária é bem mais intenso o uso de agrotóxico.

Outro dado observado foi que o pescador vazanteiro demonstra uma visão mais completa da sua luta pela sobrevivência na relação com o rio. Ele expressa maior conhecimento das questões relacionadas aos problemas e à história do povo do rio. Esta visão difere um pouco entre o vazanteiro de dentro do rio (Ilhas) e o vazanteiro de fora do rio (margens). Os que atuam nas Ilhas estão em contato direto com a terra e a água, tem uma visão expressiva do rio. Os de fora, em geral, têm mais contato com a terra do que com as águas e tem necessidades diferenciadas, por exemplo, quanto ao transporte

(não usa embarcação, precisa de outros meios). Estando somente no plantio nas margens, parecem um tanto indiferentes quanto aos problemas da poluição do rio. Inclusive o uso de agrotóxico não é compreendido como elemento que agride. Ao inverso, o pescador se demonstra mais incomodado com a poluição. As conseqüências os afetam diretamente. Eles narram a mortandade dos peixes, o lixo embarçado nas redes, a água imprópria para matar a sede quando estão no leito do rio, o mau cheiro etc.

Vale lembrar que mesmo fora das áreas de vazantes, nem todos/as que pescam se dizem pescadores por associar o ser pescador/a à carteira de pesca. Alguns demonstram um “certo segredo” quanto ao ser pescador sem habilitação - justificando pelo medo de ser denunciado e as críticas dos habilitados.

Esta reflexão: pescador, vazanteiro, pescador com carteira ou sem carteira é aqui colocada sob o interesse da pesquisa, na perspectiva da articulação pela revitalização popular do rio, querendo conhecer melhor o pescador que se relaciona com o rio, independente das formalidades legais. A insistência em saber se as pessoas pescavam era pela aproximação dela com o rio.

Neste cenário, aparece ainda o fator incômodo de conflitos maiores. Na Ilha Pau de Léguas, Matias Cardoso e Manga, vazanteiros e pescadores relataram o conflito que vivem em relação a criação do Parque da Mata seca, Unidade Integral de conservação do Projeto Jaíba. Contam que vêm sendo tratados como invasores, pressionados por técnicos do IEF que se utilizam do poder para repreender, punir e coibir a ocupação da área, desconsiderando as especificidades da comunidade. Acrescentam que todas as comunidades vazanteiras desses municípios passam por situações conflituosas com os órgãos fiscalizadores.

Os conflitos estão por toda a margem do rio. Há o conflito relacionado ao turismo (empreendimentos instalados nas margens). No entanto, mais evidentes são os conflitos com as fazendas que ameaçam o trabalho da pesca, agravando mais às famílias enquanto vazanteiras das margens e Ilhas. Junto vem sempre a queixa dos trabalhadores de que os Órgãos Fiscalizadores são abusivos nestas situações. Três anexos deste relatório retratam esta situação: um deles é a carta/denúncia, produzida em oficina, pelos pescadores e vazanteiros de Ponto Chique, incluindo questões de outras localidades da região que foram trazidas para a roda através da equipe pesquisadora, sendo previamente dialogado com os informantes. Outro anexo traz breves depoimentos de pescadores, sobre agressões sofridas por fiscalizadores. E, ainda, uma nota referente ao despejo do Sr. Carlos, pescador/vazanteiro, também comprova a real situação.

## 2.14 Visão sobre os problemas do rio

Quanto aos problemas ambientais, os pescadores manifestam preocupação e percebem a relação que isto tem com a pesca. 94,8% dos entrevistados afirmam que vêem tais problemas em sua volta.

**Nº. 22 - Identificam problemas ambientais**

	<i>Frequência</i>	<i>% válido</i>
Sim	348	94,8
Não	19	5,2
<b>Total</b>	<b>367</b>	<b>100,0</b>
Sistema	1	
Total	368	

**Nº. 23 - Influenciam no seu trabalho**

	<i>Frequência</i>	<i>% válido</i>
Sim	330	89,7
Não	18	4,9
Não respondeu	20	5,4
<b>Total</b>	<b>368</b>	<b>100,0</b>

89,7% acham que esses problemas influenciam negativamente no seu trabalho de pescador e de vazanteiro.

Foram 973 nomeações para os problemas que identificam. Há nomes que dizem as mesmas coisas, semelhantes ou relacionadas. 3,4% dizem poluição do rio, 20,3% cianobactéria/esgoto urbano/água fedida, 11,2% esgoto urbano.

**Nº. 24 - Problemas ambientais que identificam**

<i>Quais problemas ambientais identificam</i>	<i>Respostas</i>		<i>Porcentagem de casos</i>
	<i>Nº</i>	<i>Porcentagem</i>	
Desconhece	8	0,8%	2,3%
Cianobactéria, esgoto urbano, água fedida.	198	20,3%	56,1%
Lixo e galhos no rio	147	15,1%	41,6%
Agrotóxico, venenos	29	3,0%	8,2%
Poluição do rio	33	3,4%	9,3%
Animais mortos	32	3,3%	9,1%
Esgoto industrial	109	11,2%	30,9%
Assoreamento	37	3,8%	10,5%
Queda de barreira, erosão	41	4,2%	11,6%
Degradação ambiental, queimada	20	2,1%	5,7%
Poucas chuvas	5	0,5%	1,4%
Desmatamento, inclusive na beira do rio.	96	9,9%	27,2%
Diminuição das águas	31	3,2%	8,8%
Pragas	4	0,4%	1,1%
Represamento, lodo e desvio do rio	28	2,9%	7,9%
Morte e escassez do peixe	124	12,7%	35,1%
Pesca predatória	8	0,8%	2,3%
Outros problemas	23	2,4%	6,5%
<b>Total</b>	<b>973</b>	<b>100,0%</b>	<b>275,6%</b>

A poluição é nomeada conforme que a experiência e a visibilidade dela. Nas conversas informais, falando em poluição, simultaneamente se fala de contaminação por

esgotos da COPASA e por metais pesados da Votorantin. Na região de Pirapora e Buritizeiro também apareceu o nome das empresas ali instaladas. A COPASA é citada nos meios urbanos, os demais aparecem também na zona rural. Há ainda preocupação com a contaminação por agrotóxicos nas grandes plantações próximas ao rio, citado por 3% dos informantes, diretamente. Mas esta preocupação está imbutida em vários dados referentes à contaminação/poluição e suas conseqüências. Os pescadores/as faziam questão de levar a equipe pesquisadora até os locais para comprovar suas denúncias ou suspeitas.

#### Nº. 25 - Problemas destaques

<i>Problemas que destacam como principais</i>	<i>Respostas</i>		<i>Porcentagem de casos</i>
	<i>Nº</i>	<i>Porcentagem</i>	
Não vê dificuldades	6	0,9%	1,8%
Pescadores amadores	40	6,3%	11,8%
Perseguição da polícia e órgão ambientais	36	5,7%	10,6%
Poluição do rio	86	13,6%	25,4%
Pescadores clandestinos	9	1,4%	2,7%
Poluição industrial	18	2,8%	5,3%
Assoreamento do rio, desbarrancamento.	27	4,3%	8,0%
Pesca predatória	8	1,3%	2,4%
Redução das águas, dificuldade de irrigar.	16	2,5%	4,7%
Falta de apoio aos vazanteiros	17	2,7%	5,0%
Conflitos de terra	1	0,2%	0,3%
Represamento das águas	10	1,6%	2,9%
Proibição inadequada da pesca	13	2,1%	3,8%
Escassez do peixe	115	18,2%	33,9%
Dificuldade de sobreviver da pesca	63	10,0%	18,6%
Aplicação injusta da lei e da fiscalização	15	2,4%	4,4%
Falta de cuidado com o rio	9	1,4%	2,7%
Pouco acesso à saúde	6	0,9%	1,8%
Animais mortos no rio	3	0,5%	0,9%
Falta de chuvas	8	1,3%	2,4%
Disputa interna entre pescadores	3	0,5%	0,9%
Roubo, falta de segurança	7	1,1%	2,1%
Dificuldade com a plantação	20	3,2%	5,9%
Faltam de recursos técnicos, equipamentos.	19	3,0%	5,6%
Queimadas, devastação	39	6,2%	11,5%
Outros problemas	38	6,0%	11,2%
<b>Total</b>	<b>632</b>	<b>100,0%</b>	<b>186,4%</b>

Percebeu-se que a preocupação dos pescadores/as, é maior por causa da escassez do peixe. 32,5% é a soma dos dados vinculados a esta situação como problema destaque (dificuldade de sobreviver da pesca, escassez do peixe, falta de recursos para pescar). Acrescentando a pesca amadora, como já foi dito acima, vai pra 38,8%.

O texto de R. MALVEZZI e I. REVERS, anexo, analisa essa relação entre a poluição do rio com a pesca. Os dados deixam claro esse fator poluição como principal problema para a pesca, mostrando a vinculação disto com a escassez do peixe.

Mas também são levantados problemas de desmatamento, queimadas, erosão, assoreamento, cujos dados indicam 20% (tabela nº 26). Não dá pra negar o que dizem das práticas devastadoras das fazendas e empresas. No entanto, vê-se que há uma “cultura do fogo”, na região. Dos quintais das cidades nos quintais às roças, põe-se fogo em qualquer folhagem que se amontoa. Nas áreas de vazantes, o ato de plantar até “nas águas do rio” é uma questão de sobrevivência entre os vazanteiros/as. Cabe uma discussão agrária e ambiental, o que não é feito aqui e é indicativo pra outra ocasião.

Importante observar que a pergunta feita na entrevista, era “*você identifica algum problema de poluição e destruição da natureza? – Sim – Não. Quais?*” É curioso que os informantes quase sempre associaram a pergunta ao rio. As respostas foram voltadas à vida na relação com o rio e a pesca ou vazantes. Isto revela certo nível de consciência em relação ao rio e a noção do território deles, como também pode-se questionar: *Qual é o tamanho do mundo do pescador/vazanteiro, no seu imaginário?*

Observou-se que, em geral, os pescadores/as têm dificuldades em identificar os autores dos desastres ecológicos ocorridos em relação ao rio, por medo e/ou por dificuldade de compreensão. Mas há também uma dificuldade de visualização dos problemas. A percepção deles quanto aos desastres está ligada às duas mortandades dos peixes: a causada por metais pesados, morte dos surubins e a outra por proliferação das cianobactérias. Sendo a primeira a que marcou. Isto é demonstrado pelos dados da pesquisa, tabela nº. 26, referente aos problemas ambientais identificados, onde 44% das respostas referem-se à: cianobactéria, esgoto urbano, água fedida e escassez do peixe, questões relacionadas às mortandades.

Percebeu-se que para muitos, a memória da mortandade associa-se ao fato por eles narrado sobre os “dez reais”, que as Colônias recolheram para entrar com processo judicial contra a CIA Votorantim com pedido de indenização aos pescadores. Esta mesma história foi ouvida diversas vezes nos 12 municípios com pedido de notícias sobre o processo.

Diante dos problemas levantados não se percebe a presença de um enfrentamento. Existe uma consciência individual, mas não há uma organização pra enfrentá-los.

## 2.15- Organização da categoria

A forma de organização da categoria, em toda a região, são as Colônias. 78,5% dos entrevistados dizem associados a uma Colônia de pesca e 21% dizem não serem associados.

<b>Nº. 26 - Associado à colônia de pescadores</b>		
	<i>Frequência</i>	<i>% válido</i>
Sim	289	78,5
Não	79	21,5
<b>Total</b>	<b>368</b>	<b>100,0</b>

Existem outras tentativas de associações, cuja diferença está mais na nomenclatura. A estrutura e forma de gestão é a mesma. A percepção quanto à isto é a de que, esta é o único modelo conhecido. A Colônia é vista como tradição e como meio necessário à sobrevivência, por causa dos benefícios - ela é o único caminho conhecido para acessá-los.

De acordo com a tabela nº. 29, os 33,1% dos informantes ao falar que participam da Colônia por necessidade, pra ter segurança, seguro defeso, direito, influência da direção confirmam esta idéia, se considerarmos o exposto nos demais itens deste texto. Levando em conta os 11,1% que dizem participar por achar importante e lendo este dado simultaneamente aos dados da tabela “o que acha da colônia”, conclui-se que se tem aí, 42,2% (somado com os 33,1%), que expressam com clareza esta realidade.

A relação que as colônias constroem com os pescadores e vice-versa se apresenta nesta linha da assistência. Elas são, muitas vezes, como que uma extensão das secretarias e órgãos do Estado. Parecem estar contribuindo com essas instituições no cumprimento de suas funções. São vistas como o meio para obtenção de benefícios e não uma organização política da categoria no enfrentamento diante dos problemas.

**Nº. 27 - Por que participa da colônia**

<i>Participa das reuniões</i>			<i>Respostas</i>		<i>Porcent casos</i>
			<i>Nº</i>	<i>Porcent</i>	
Sim		Estar informado, conhecer.	161	54,0%	68,5%
	Porque participa das reuniões	Para ter segurança	2	0,7%	0,9%
		Por considerar importante	33	11,1%	14,0%
		Obrigaçã, necessidade	18	6,0%	7,7%
		Para manter, ou tirar, a carteira e ter direito ao seguro defeso.	49	16,4%	20,9%
		Garantir direitos	26	8,7%	11,1%
		Influência da direção da colônia, presidente.	4	1,3%	1,7%
		Outros motivos	5	1,7%	2,1%
		<b>Total</b>		<b>298</b>	<b>100,0%</b>
Não		Não é obrigaçã, não tem necessidade.	1	2,2%	2,6%
	Porque não participa das reuniões	Influência da direção da colônia - presidente.	3	6,5%	7,9%
		Outros motivos	3	6,5%	7,9%
		Porque não é associado, registrado.	15	32,6%	39,5%
		Porque é distante	15	32,6%	39,5%
		Não tem interesse, não gosta.	7	15,2%	18,4%
		Porque não é informado	2	4,3%	5,3%
		<b>Total</b>		<b>46</b>	<b>100,0%</b>
Participa às vezes		Estar informado, conhecer.	15	34,9%	46,9%
	Porque participa (ou não das reuniões)	Por considerar importante	4	9,3%	12,5%
		Obrigaçã, necessidade	3	7,0%	9,4%
		Para manter, ou tirar, a carteira e ter direito ao seguro defeso.	11	25,6%	34,4%
		Garantir direitos	4	9,3%	12,5%
		Influência da direção da colônia - presidente.	1	2,3%	3,1%
		Outros motivos	3	7,0%	9,4%
		Porque é distante	1	2,3%	3,1%
		Não tem interesse, não gosta.	1	2,3%	3,1%
		<b>Total</b>		<b>43</b>	<b>100,0%</b>

Neste contexto é que, perguntado sobre o que acha da Colônia foram citadas 481 opiniões, destas 54,3% acham a Colônia boa ou ótima (cf. tabela nº. 30).

**Nº. 28 - O que acha da colônia**

<i>O que acha da colônia</i>	<i>Respostas</i>		<i>Porcentagem de casos</i>
	<i>Nº.</i>	<i>Porcentagem</i>	
É distante	1	0,2%	0,3%
É boa, ótima.	261	54,3%	85,6%
Ajuda, apóia nas necessidades e documentos.	76	15,8%	24,9%
Busca benefícios, projetos.	15	3,1%	4,9%
Garante direitos/Benefícios	29	6,0%	9,5%
Dá orientações, informa.	22	4,6%	7,2%
Está mal, faltam coisas.	10	2,1%	3,3%
Não acha nada, razoável.	16	3,3%	5,2%
Não está cumprindo sua função	7	1,5%	2,3%
Presidente (Direção) é bom	17	3,5%	5,6%
Presidente (Direção) não é bom	6	1,2%	2,0%
Faltam recursos, precisa melhorar.	15	3,1%	4,9%
Compra o pescado, ajuda na venda.	5	1,0%	1,6%
Outras opiniões	1	0,2%	0,3%
<b>Total</b>	<b>481</b>	<b>100,0%</b>	<b>157,7%</b>

Para reflexão futura, ficam as perguntas: Qual o papel das colônias diante do Estado? Como elas vêm seu papel diante do Estado? O que isto significa do ponto de vista da garantia de direitos dos(as) pescadores(as) e do fortalecimento da categoria?

Outro fator considerando é que, percebido no cotidiano, também os dados apontam os insatisfeitos ou desestimulados com esta forma de organização. Os que dizem que a Colônia é distante, o dizem não somente no aspecto geográfico, está em consonância com outros dados como no caso dos 4,3% que dizem não serem informados das reuniões e dos 15,2% que não tem interesse e não gostam.

Participam de outras organizações 43,8% dos entrevistados.

**Nº. 29 - Participa de outra organização**

	<i>Frequência</i>	<i>% válido</i>
Sim	161	43,8
Não	207	56,3
<b>Total</b>	<b>368</b>	<b>100,0</b>

Esta participação consiste em: a associação de bairro, comunitária ou rural (45%); STR (13%), associações de vazanteiros (21%) e de pescadores, com 7,5%. Estão concentradas em Manga, Itacarambi e Matias Cardoso (cf. tabela nº.32).

**Nº. 30 - Qual outra organização participa**

<i>Outras organizações que participam</i>	<i>Respostas</i>		<i>% casos</i>
	<i>Nº</i>	<i>Porcentagem</i>	
Associação comunitária/Bairro	86	43,0%	53,4%
Associação de vazanteiros	42	21,0%	26,1%
Associação de pescadores	15	7,5%	9,3%
Associação recreativa/Cultural	7	3,5%	4,3%
Associação de posseiros/Sem terra	11	5,5%	6,8%
Associação rural	4	2,0%	2,5%
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	26	13,0%	16,1%
Outras associações	9	4,5%	5,6%
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>100,0%</b>	<b>124,2%</b>

Observa-se que a maioria dos pescadores não se identifica com as organizações sociais, nem mesmo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais/STR. Seria também por causa do benefício específico, Seguro Defeso? Foi visto que existe esta influência, mas não se pode negar que os pescadores têm uma cultura própria. A relação deles com a vida se dá mais a partir da água do que da terra, ou a partir dos dois elementos intrinsecamente. Mesmo enquanto vazanteiros não lhes basta o STR. Há quem se filia em uma e outra organização, identificando-se mais como vazanteiro ou como pescador. Esta filiação simultânea, de novo aparece com expectativa de receber algum benefício: “Vai que vem alguma coisa pra gente!”. Esta frase e outras semelhantes foram ouvidas na espontaneidade das conversas, sobretudo na região que vai de Pedras de Maria da Cruz a Itacarambi.

As associações comunitárias, de vazanteiros e outras nas quais estes/as trabalhadores/as participam, em geral, se apresentam dispersas. Algumas em conflitos e divisões, disputando o mesmo público e benefícios.

Conclui-se que tal formato de organização pode-se compreender, historicamente, a partir do seu surgimento no século XVIII, a mando do rei de Portugal, criando normas e regras para controlar os pescadores. As colônias, subordinadas ao Governo, através da Marinha, eram fiscalizadas e manobradas conforme as conveniências do mesmo. Somente em 1985, com a criação da Constituinte da Pesca<sup>6</sup>, foi que o setor conseguiu discutir sua organização através dos próprios pescadores. Daí é que se pode perguntar:

*“Porque tanta opressão econômica e tanto controle político sobre os pescadores e as colônias, cuja forma de organização, em boa medida oriunda*

<sup>6</sup> - Constituinte da Pesca: entre 1985 e 1987, pescadores, de diferentes estados do país, se juntaram para discutir a pesca no Brasil e propor a inclusão das reivindicações dos pescadores artesanais na então nova Constituição Brasileira (CF 1988).

*dos Distritos de Pesca do Império, sempre abafou a vez e a voz dos pescadores?” (SILVA, 1988:193).*

## **2.16 Carteira de Pesca**

Observa-se que entre os pescadores artesanais existem os profissionais e os não-profissionais. Os primeiros são os portadores da carteira de pesca, filiados a uma colônia, costumam ser habilitados para pilotar barcos perante os órgãos competentes, a saber, Marinha e SEAP<sup>7</sup>. Os outros, em geral, são vistos como “clandestinos” perante os órgãos fiscalizadores, as colônias e os pescadores profissionais. Mas há rumores e descontentamento quanto à posse da carteira que carece de debate e aprofundamento. Aqueles/as portadores da carteira que afirmam exercer a profissão, reclamam do grande número de pescadores/as que, segundo eles, não exercem minimamente a profissão, mas têm a carteira para receber os benefícios e/ou pescar ocasionalmente. Outros dizem que há muito pescador no rio, incluindo os amadores. Dizem haver um movimento intenso no rio prejudicando a pesca de quem luta pela sobrevivência. Há os que aconselham prudência nas acusações, porque muitos são pobres e deveria haver um trabalho de trazê-los para lutar conjuntamente pelo rio e pela pesca. Outros falam em denunciar e dizem estarem revoltados contra os “não pobres”, que inclusive, moram fora das regiões de pesca. Muitas das acusações sobre a emissão ilícita das carteiras, eles direcionam às colônias com o argumento de que são elas que encaminham a documentação ao MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura). Há informações de órgãos ambientais, de que muitos pescadores amadores, possuem também a carteira de pescador profissional para transportar livremente o pescado (ver anexo entrevista com os órgãos públicos). Os 78,5% que indicam os associados às colônias (vide tabela nº. 28), apontam, simultaneamente, os pescadores profissionais/carteira de pesca.

Para aprofundar a reflexão fica a pergunta para debates futuros: Em que os pescadores/as artesanais avançaram a partir da emissão da Carteira, incluindo os benefícios a que ela dá direito? Como discutir isto na perspectiva de uma organização política da categoria que tenha entre suas principais bandeiras a luta pela revitalização popular do rio?

---

<sup>7</sup> - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que os pescadores/as e vazanteiros/as estão sendo privados a cada dia do direito de estar nas margens do rio e nas Ilhas, que vão sendo sempre mais apropriadas pelas fazendas, pelo turismo ou outras empresas, ou mesmo por empreendimentos do Estado. O acesso ao rio sendo inviabilizado nas terras de marinha, acaba levando o/a pescador/a ao distanciamento geográfico do rio, aumentando a dificuldade de transporte e de memória histórica desta aproximação com o mesmo.

De outro lado, o conflito em relação à discriminação e inoperância dos órgãos fiscalizadores é evidente nas falas, nos fatos expressos pelos pescadores/as, que se demonstram injustiçados e impotentes diante do que relatam.

A Educação formal, em geral, é insatisfatória, insuficiente, distante geograficamente e não dialoga com o tempo, com a fragilidade e a realidade do pescador/a.

A relação de gênero insere-se no contexto geral do machismo que ainda impera no norte mineiro. *“Descreve muito bem essa relação, a literatura de Guimarães Rosa, onde não raro, a mulher aparece como agente, se não da história de outros, pelo menos de sua própria história. No entanto, os relatos e os êxitos, até hoje, ainda são narrados ou publicados, em muitas circunstâncias, por bocas e mãos masculinas”* (BORGES). Essa invisibilidade da mulher constatada nas organizações e nas decisões que permeiam as labutas da pesca pode ser trabalhada mediante o pensamento iluminador de Simone de Beauvoir *“a libertação das mulheres será obra delas próprias”*<sup>8</sup>.

Quanto à posse das carteiras de habilitação para a pesca entre homens e mulheres, fica a indagação: até que ponto ela ajuda a fortalecer a vida e a luta do pescador/a, quando usada apenas para justificar a pesca esporádica e os benefícios do Estado?

A religião expressa na necessidade de uma espiritualidade, buscada de forma diferente entre membros das famílias, apresenta-se mais entre as mulheres que quase sempre levam consigo, pelo menos, algum dos filhos. Porém ressalta-se que esta religião não dialoga com a realidade dos pescadores/as, mas chega a interferir politicamente na organização local da categoria (colônia), visto que há caso em que os associados tendem a seguir denominação religiosa semelhante à da liderança.

---

<sup>8</sup> - Citado por Isaura Isabel Conte, dirigente do Movimento de Mulheres Camponesas/RS.

A liderança da Colônia influencia também na formação política dos pescadores/as. Onde esta liderança tem uma visão mais abrangente de luta ou de participação nos movimentos sociais, ela provoca os pescadores/as a pensar mais criticamente a problemática social e os assuntos da categoria.

O cuidado com o rio se limita à limpeza estética das margens, e muito pouco por empenho e conservação do todo. Prova disso é que se observa que a limpeza das margens faz parte do cotidiano dos municípios, onde as margens são exploradas para o turismo. Onde este não acontece, percebe-se um verdadeiro abandono. Há municípios onde se visualizou até curtume à beira do rio e variedade de sujeiras – o que foi mais observado no município de Manga. Esta visão estética reduzida é denunciada pelos contrastes dentro da mesma cidade, entre um pequeno trecho cuidado e outro, sobretudo nas periferias, inadequados até mesmo para se aproximar do rio.

A população beiradeira, pescadora e vazanteira, que insiste em viver ou sobreviver no rio ou do rio, está exposta à vulnerabilidade social por todos estes problemas e, sobretudo, pela exclusão do seu território, imprescindível à sua condição de vida.

Entre tantas demandas dos pescadores e pescadoras, filhos e filhas do “Velho Chico”, “é ensurdecador o canto do trabalhador”<sup>9</sup> por: organização da categoria, território e educação popular de base que contribua na luta perante os problemas e desafios apontados neste relatório. Como passo seguinte, sugere-se a socialização dos dados e reflexões levantadas, aprimorá-los e construir caminhos para, gradativamente responder às perguntas: O quê fazer? Onde? Como? Quando? Quem ousa? Há outros caminhos? E criar novas perguntas...

Vale lembrar que as temáticas relatadas até então, têm algumas ressonâncias no documento da I Conferência da Pesca Artesanal<sup>10</sup>, cujo movimento de mobilização impulsionou o início dos trabalhos da pesquisa que aqui se refere. Sobretudo no que concerne às Políticas Públicas específicas da Pesca e no panorama da organização da categoria em abrangência nacional. Este olhar local e amplo incita a dizer que o diagnóstico não está pronto. Ele continua em construção, por fazer parte de um processo que quer ser de educação popular de base. Faz-se necessário ser contínuo, também, devido aos limites de recursos humanos e financeiros, que não permitem um trabalho

---

<sup>9</sup> - Canto das Três Raças, música de Clara Nunes.

<sup>10</sup> - A conferência foi realizada em Brasília, DF, em Setembro de 2009, sob organização dos pescadores/as artesanais do Brasil.

com a dimensão desejada para se chegar ao horizonte almejado. Importante é não perder de vista que o Diagnóstico objetiva ser um instrumento que ajude na construção de ações que visem o fortalecimento da organização e luta dos pescadores/as na perspectiva da revitalização popular do rio São Francisco. O pescador é o ribeirinho mais presente no rio e o mais afetado com os desastres do mesmo. Sendo ele vazanteiro, é atingido duplamente pelos males que recaem sobre o rio.

Letícia Aparecida Rocha, IDP  
Neusa Francisca do Nascimento, IDP

## REFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, E. C. de. **Nas margens do São Francisco: Sócio-dinâmicas Ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Léguas**, 2011.245f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), 2011, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2011.

BOLETIM DO INSTITUTO DE SAÚDE - BIS, Bol. Inst. Saúde v.12 n.2 S.Paulo ago. 2010, disponível em [http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-18122010000200009&lng=pt&nrm=iso](http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122010000200009&lng=pt&nrm=iso) – acesso em 21/04/11

Borges T. **Mulheres que desenredam a tradição na literatura de Guimarães**

**Rosa:**

[http://www.seojoao.com.br/revista/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1166&Itemid=486](http://www.seojoao.com.br/revista/index.php?option=com_content&view=article&id=1166&Itemid=486), acesso em 11/04/2011.

CEDEFS. QUILOMBOS DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XXI. [http://www.Cedefes.org.br/index.php?p=colunista\\_detalhes&id\\_pro=2](http://www.Cedefes.org.br/index.php?p=colunista_detalhes&id_pro=2)

CONFERÊNCIA DA PESCA ARTESANAL, 1ª, 2009, Brasília, DF, Pescadores e Pescadoras Artesanais na luta por território, afirmando políticas de direitos para a pesca artesanal.

CONTE, I. I. **A invisibilidade Feminina**. <http://diplomatique.uol.com.br/artigo>. acesso em 18/03.

FREIRE, P., 2005, p. 29 – **Pedagogia da Autonomia, saberes necessários à Prática educativa.**, 31ª edição, São Paulo, Ed. Paz e terra, 2005, p. 148 (Coleção Leitura).

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que Fazer, teoria e prática em educação popular.**, Petrópolis, Editora Vozes, 1989.

IBGE, *Síntese dos Indicadores Sociais*, Tabela 8.1 - População total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas - 2006. Segundo dados do PNAD, 2006. Acessado em 19 de março de 2008

IMPACTOS – POLUIÇÃO, [http://www.saofranciscovivo.com.br/impactos\\_poluicao](http://www.saofranciscovivo.com.br/impactos_poluicao). Acesso em 21/03/2011.

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 45, DE 6 DE AGOSTO DE 2010. Dispõe sobre a administração de informações dos segurados/.../ e a revisão de direitos dos beneficiários da Previdência Social e disciplina o processo administrativo previdenciário no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

LEI 11.959 DE 29 DE JUNHO DE 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

NUNES, C. **Canto das Três Raças**. <http://www.kboing.com.br/clara-nunes/>, acesso em 21/03/11.

RIBEIRO, R. F. **Florestas Anãs do Sertão: o cerrado na história de Minas Gerais**. Vol. 1. Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2005.

SILVA, L. G. (Coord.). **Os pescadores na História do Brasil**. Vol. 1, Colônia e Império, Ed. Vozes, Recife, 1988, COMISSÃO PASTORAL DOS PESCADORES.

STRECK, D.R.; REDIN, E.; ZITKOSKI (Orgs.) **Dicionário Paulo Freire**. Pesquisa/Investigação. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2008.

**Revisão de texto:**

Érika Dourado Amorelli  
Ingrid Araújo Campos  
Lenir Braga dos Santos  
Nivaldo Batista  
Rosana Silva Santos

**REALIZAÇÃO:**

Irmãs da Divina Providência

**PARCERIA:**

CPT – CPP – CESE –  
Instituto Aprove

**APOIO TÉCNICO**

José Nailton Silveira de  
Pinho

**TEXTOS:**

## Uma Leitura Ambiental das Estatísticas.

<sup>11</sup>Isidoro Revers

Roberto Malvezzi (Gogó)

Ler essas estatísticas (do diagnóstico da pesca artesanal no Norte de Minas, no Alto/Médio São Francisco), sob o ângulo ambiental é também ler, ao menos em parte, a consciência que os pescadores têm dos problemas que os afligem.

Alguns problemas parecem bastante evidentes. As diversas formas de poluição citadas pelos pescadores totalizam 56,3% (cianobactéria que se reproduzem em consequência do esgoto urbana, lixo e galhos no rio, agrotóxicos – venenos, poluição do rio, animais mortos e esgoto industrial), como sendo as principais causas de diminuição dos peixes. Acertam também quando falam do desmatamento, particularmente o ciliar, já que muitas espécies de peixes se alimentam de frutas e sementes das árvores que compõem a flora marginal (9,9%). Acrescentando ao desmatamento ciliar a constatação da contaminação por agrotóxicos, o assoreamento, a queda de barreiras, a degradação ambiental, o desmatamento e a diminuição da água, todos esses itens estão diretamente relacionados com o agro-hidronegócio, o uso da água e das práticas devastadoras para a agricultura. 25,9% dos entrevistados percebem o quanto essa prática devasta o rio (Agrotóxico, venenos, Assoreamento, Queda de barreira, erosão, Degradação ambiental, queimada, Desmatamento, inclusive na beira do rio, Represamento, lodo e desvio do rio).

### Problemas ambientais que os pescadores/as identificam

<i>Quais problemas ambientais identificam</i>	<i>Respostas</i>		<i>Porcentagem de casos</i>
	<i>Nº</i>	<i>Porcentagem</i>	
Desconhece	8	0,8%	2,3%
Cianobactéria, esgoto urbano, água fedida.	198	20,3%	56,1%
Lixo e galhos no rio	147	15,1%	41,6%
Agrotóxico, venenos	29	3,0%	8,2%
Poluição do rio	33	3,4%	9,3%
Animais mortos	32	3,3%	9,1%
Esgoto industrial	109	11,2%	30,9%
Assoreamento	37	3,8%	10,5%
Queda de barreira, erosão	41	4,2%	11,6%
Degradação ambiental, queimada	20	2,1%	5,7%
Poucas chuvas	5	0,5%	1,4%
Desmatamento, inclusive na beira do rio.	96	9,9%	27,2%

— Diminuição das águas	31	3,2%	8,8%
Pragas	4	0,4%	1,1%
Represamento, lodo e desvio do rio	28	2,9%	7,9%
Morte e escassez do peixe	124	12,7%	35,1%
Pesca predatória	8	0,8%	2,3%
Outros problemas	23	2,4%	6,5%
<b>Total</b>	<b>973</b>	<b>100,0%</b>	<b>275,6%</b>

Para evitar uma catástrofe, os produtores que usam água para os seus pivôs, em um dos principais afluentes do Rio São Francisco, o Rio Paracatu, só podem plantar até o mês de julho, porque se não a água será insuficiente. Na safra de 2005 tiveram que suspender 50% das áreas irrigadas, porque senão o rio não chegaria até o São Francisco.

A esse quadro degradante e extremamente preocupante, aliás, os próprios pescadores já vêm constatando que o Rio São Francisco vem perdendo seu volume de água. Nos últimos 50 anos o rio teve uma perda de 35% do seu volume conforme pesquisa realizada por um instituto americano. Um dos fatores é o uso excessivo na agricultura.

Outros que são chaves, entretanto, são pouco ou sequer citados. Ou porque as perguntas nos questionários induziram a essa leitura, ou realmente porque a reflexão sobre a problemática ambiental da pesca precisa ser aprofundada com os pescadores.

Entre os fatores decisivos que aparecem de forma pouco incisiva está a questão das barragens no leito do São Francisco e a eliminação do acesso – seja qual for a forma – dos alevinos às lagoas marginais.

O problema das barragens foi decisivo para a diminuição do pescado no leito do São Francisco. Peixes de piracema, como o dourado, precisam pelo menos de 500 km para nadar contra as águas, assim amadurecer os hormônios, tanto a fêmea quanto o macho, que uma vez depositados na água, fecundam-se, eclodem e os alevinos são carreados para as lagoas marginais pelas enchentes da calha do rio. Se não há enchentes, não há inundação das lagoas marginais. Porém, apenas 2,9% dos pescadores vêm no represamento uma causa da diminuição dos peixes.

Devido à distância que a região do Alto São Francisco está de Sobradinho, essa questão pode passar despercebida. Há espaço de Sobradinho acima para reprodução das espécies, tanto é que elas continuam existindo, mas há uma interferência direta no fluxo da vida aquática que antes havia ao longo de toda a calha, pelo menos da nascente até Paulo Afonso.

Não havendo espaço para a migração, não havendo enchentes suficientes para inundar as lagoas, ou se as lagoas de algum modo estejam sendo impedidas de receber as águas da calha, a reprodução já não acontecerá. A queda do pescado no São Francisco começou exatamente com a construção da barragem de Sobradinho.

Outra questão importante, não tanto quanto as barragens e interdição das lagoas, é a pesca predatória com a malha miúda. O próprio IBAMA tem parâmetros do tamanho dos peixes para serem pescados. Essa tabela não é garantida, mas obedece ao tamanho mínimo para a primeira desova do indivíduo. Se ele não atinge determinado tamanho, não desova. O tamanho corresponde à determinada idade. Não desovando, não há reprodução. Uma vez que a desova acontece, aquele indivíduo já pode ser capturado sem que influa na sustentabilidade de reprodução da espécie. Apenas 0,8% dos pescadores vêm na pesca predatória um fator importante na diminuição dos peixes.

Os instrumentos de pesca mais utilizados na região não se colocam entre os mais predadores, a não ser a tarrafa (44,4%), a depender da malha. Já a pescaria com anzol (46,6%) é considerada a mais sustentável de todas.

Nesse caso há sempre o conflito entre a sobrevivência dos peixes e a sobrevivência dos pescadores. O imediatismo da sobrevivência dos pescadores coloca-se acima da depredação do pescado, mesmo que mais à frente o problema se torne ainda mais grave para os próprios pescadores. Esse fenômeno acontece em todo o planeta, embora a pesca mercantil tenha mais influência na eliminação das espécies que a pesca pela sobrevivência.

Portanto, a boa consciência dos pescadores a respeito dos problemas que afetam a disponibilidade de pescado, pode ser ampliada e aprofundada levando em consideração esses outros fatores pouco ou sequer considerados.

## INJUSTIÇA AMBIENTAL E OS PESCADORES DO RIO SÃO FRANCISCO NO NORTE DE MINAS GERAIS

Isabel Cristina Barbosa de Brito<sup>12</sup>

As consequências sócio-ambientais do industrialismo capitalista, explicitadas desde a segunda metade do século XX colocaram foco também sobre a injustiça ambiental existente no Brasil e no mundo, assim como explicitaram que o poder está cada vez mais associado a capacidade de acesso e controle dos recursos naturais. No Brasil continua crescente e considerada “normal” a restrição do acesso aos recursos pesqueiros e ao próprio rio, aos pescadores artesanais, assim como a concentração desses recursos para projetos do grande capital, como grandes hidrelétricas, irrigações, fazendas e barragens.

A expansão capitalista por meio da concentração, controle e privatização dos recursos naturais vem afetando diretamente os pescadores artesanais do rio São Francisco no Norte de Minas Gerais. É o que confirma o diagnóstico da pesca artesanal no norte de Minas, realizado em 12 municípios ribeirinhos e com alcance de aproximadamente 2.000 famílias de pescadores realizado pelas Irmãs da Divina Providencia em parceria a CPT<sup>13</sup> e CPP<sup>14</sup>.

Na pesca artesanal, no rio São Francisco, percebe-se um caso típico de injustiça ambiental, porém que ocorre a tanto tempo que se tornou natural. Os pescadores artesanais arcam diretamente com as consequências ambientais dos projetos de desenvolvimento, dos empreendimentos produtivos, poluição, sofrendo também com o deslocamento compulsório dos seus locais tradicionais de moradia e trabalho, ilhas e margens dos rios.

Conforme aponta o relatório do diagnóstico, os pescadores consideram que os grandes problemas do rio estão associados a “contaminação pela COPASA e Votorantin, mas também da contaminação do rio por agrotóxicos”. São recorrentes casos como os ocorridos:

Em Três Marias, a operação do reservatório pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), em 30 de março de 2007,

---

<sup>12</sup> - Cientista Social, pesquisadora e professora do departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES, doutoranda em Desenvolvimento Sustentável CDS/UnB e mestre em Desenvolvimento Social PPGDS-Unimontes – isacrisbrito@gmail.com

<sup>13</sup> - Comissão Pastoral da Terra

<sup>14</sup> - Conselho Pastoral dos Pescadores

resultou em 40 ton. de peixes mortos das diversas espécies. Na Barragem de Pandeiros, no Norte de Minas, da mesma empresa, aconteceu caso semelhante com a mortandade de 30 ton. de peixes na abertura das comportas. (Articulação Popular pela Revitalização da Bacia do São Francisco, 2009)

Em relatório apresentado em maio de 2009, pela empresa Ecoplan, responsável pela elaboração do Plano de Recursos Hídricos, à Câmara Técnica Consultiva (CTC) do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande, foram divulgados dados que comprovam a má qualidade da água da bacia, em função de falta de manejo adequado da agropecuária e a presença elevada de contaminação por esgoto urbano e uso excessivo de agrotóxicos (Articulação Popular pela Revitalização da Bacia do São Francisco, 2009).

A pesca artesanal vem paulatinamente sendo desestruturada pelas constantes agressões ao rio, crescente poluição, escassez de água e de peixes. Também pela omissão do Estado na falta de adoção de políticas públicas e legislação em prol do pleno desenvolvimento da vida do rio, das famílias e comunidades que dele dependem e o utilizam nos diversos níveis de existência, material, simbólica, afetiva. Omissão esta que também não impede que recaiam sobre os mais pobres as conseqüências ambientais do desenvolvimento econômico, eixo principal das políticas públicas desde pelo menos a década de 1960 e que na atualidade também domina agendas e ações governamentais.

A idéia de justiça ambiental foi inicialmente formulada nos Estados Unidos na década de 1980 e associou desigualdade social e questão ambiental questionando a distribuição desigual das conseqüências e riscos ambientais. No Brasil, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental define por injustiça ambiental

“o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis... E por justiça ambiental, ao contrário, designou-se o conjunto de princípios e práticas que:

- Assegurem que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, decisões de políticas e programas federais, estaduais e locais, assim como a da ausência ou omissão de tais políticas;
- assegurem acesso justo e equitativo, direto e indireto aos recursos ambientais do país; assegurem amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais, a destinação de rejeitos e a localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos programas e projetos que lhes dizem respeito;

- favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organização populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso.” (ACSELRAD, MELLO E BEZERA, 2009, p. 41).

O caso do alto médio rio São Francisco se encontra perfeitamente nos itens listados como injustiça ambiental pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental. São os pescadores artesanais do rio São Francisco que vêm ao longo dos anos convivendo com a restrição e perdendo espaço, território, condições de trabalho, de saúde e direito a um ambiente saudável, em decorrência de projetos de irrigação – que utilizam perdulariamente as águas dos rios, retirando porções inaceitáveis de água e devolvendo água contaminada de agrotóxicos e produtos químicos; as grandes **barragens** que modificam a dinâmica natural do rio, segurando a água quando ela está escassa e soltando quando há muita chuva o que vem provocando inundações abruptas nas ilhas, onde muitos pescadores plantam e vivem o agravamento de seca nos períodos secos. O relatório do GTPESCA realizado em Outubro/2010, em Pirapora-MG, narra expressões de pescadores, sobre construções de barragens, comprovando este conflito:

“Nós sabemos que as barragens elas tem sido responsáveis pela falta do nosso produto que é o pescado, (...) a água dela, a temperatura é uma coisa fora do comum, é fria, ela é diferente da água do rio, dos afluentes e o peixe não reproduz nessa água. Agora veja bem, o maior trecho que temos aqui é de Januária a Três Marias, o maior foco de reprodução é daquele onde nós estamos à três Marias principalmente o Dourado (...), o Abaeté principalmente é um rio rico em Dourado agora veja bem se constrói barragem esse peixe não vai reproduzir com a água gelada não, é o mesmo problema que nós temos lá perto de três Marias (...), então essa barragem só vai trazer pra nós mais desequilíbrio ambiental porque vai acabar toda flora e fauna, não vai ficar nada e não vai reproduzir então (...) Se fizer essa barragem aí o que vai ficar? O que vai sobrar do São Francisco? Como vamos viver? A mortandade e a escassez de peixe, a diminuição do volume da água e a falta das enchentes são fundamentais para a reprodução de peixes e o plantio na terra de vazante...” (RELATÓRIO: GRUPO DE TRABALHO DA PESCA DA BACIA DO SÃO FRANCISCO – GT PESCA, p. 03).

Relata ainda que:

*“...o vapor Benjamim Guimarães que movimenta grande economia na área do turismo em Pirapora, todas as vezes que faz o seu percurso, solicita a liberação de água da represa para que ele ande mais rápido, dificultando a pescaria dos profissionais devido a água se sujar, causando ainda o desequilíbrio do habitat aquático” (idem).*

Esta espécie de enchente também devasta as plantações nas áreas de vazantes. Pescadores da região de Pirapora até Ibiaí, reclamam que nos últimos anos, por diversas vezes, perderam suas roças em ponto de colheita, por causa de enchentes inesperadas.

Quando a pesquisa apresenta em três momentos, os dados: represamento da água, lodo, desvio do rio, o represamento que muda o ciclo do rio e represamento da água, como problema destaque (somando 5,3%), está expressando a preocupação dos pescadores e vazanteiros com os danos relacionados às barragens, tendo por base o drama que vivem com os impactos da barragem de Três Marias.

Em torno do rio São Francisco circula diversas realidades, situações, tipos diferentes de pessoas, pescadores, vazanteiros, barraqueiros, ribeirinhos, entre outros, que têm no rio uma fonte de vida, de ser e de saber, ainda muito pouco conhecida, mas que disputam à sua maneira o que significa o “RIO”; ser “PESCADOR” e o próprio significado de “DESENVOLVIMENTO”.

A multidimensionalidade do significado “pescador” é algo revelador, de difícil compreensão para o raciocínio unidimensional lógico e linear. Na pesquisa foram apontadas aproximadamente 50 outras atividades exercidas pelos pescadores e pescadoras nas áreas de artesanato, construção civil, agricultura, comércio e serviços. Algumas das ocupações relatadas foram: agente de saúde, artesão, artista plástico, ajudante de pedreiro, cortadeira de cana, cozinheira, costureira, diarista, empregada doméstica, extrativista, feirante, gari, manicure, mecânico, mototaxista, sacoleiro, vendedor. Podemos abstrair dessa informação tanto a característica multi do pescador, como característica tradicional, assim como a crescente e grande pressão sobre o recurso pesqueiro e sobre o rio e seus distintos espaços que fazem com que cada vez mais os pescadores procurem outras atividades cada vez mais distantes do “Seu Chico”, tanto espacialmente como ocupacionalmente.

O diagnóstico aponta que 91% das famílias entrevistadas se identificam como negro ou pardo e que 75% dos entrevistados não completaram o ensino fundamental. E ainda que, aproximadamente 30% se classificam entre analfabeto ou semi-analfabeto (sem escolaridade). Estas informações confirmam as dificuldades de acesso aos serviços públicos, como a escola, mesmo a escola tradicional-básica, distante da realidade do pescador, de caráter urbano-industrial e mais distante ainda de qualquer índice de escolaridade considerado satisfatório. A escolaridade dos pescadores artesanais é um

indicador da situação sócio-econômica frágil dessa parcela da população que sempre teve o rio como grande provedor do seu sustento.

Tanto as famílias de pescadores artesanais como o rio, são expropriados no processo do denominado “desenvolvimento regional”. A reprodução social-cultural e material é ameaçada cotidianamente pelos empreendimentos produtivos, pelas ações do Estado que incentivam e financiam, licenciam esses empreendimentos e ao mesmo tempo age diretamente impedindo o acesso aos recursos utilizados secularmente de forma sustentável pelos pescadores artesanais. Temos como exemplo, os casos da transformação de ilhas e áreas ribeirinhas em Unidades de Proteção Integral, consideradas para manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais. Ao mesmo tempo ocorre também a omissão do Estado frente à situação de desmatamento nas margens do rio, degradação que afeta diretamente aos pescadores e o rio.

Como aponta o diagnóstico, a pesca artesanal no norte de Minas “enfrenta constantes problemas, como mortandade de peixes há mais de 40 anos devido à ação poluidora por metais pesados provenientes de empresa instaladas ao longo da calha do rio”. A questão feita sobre “quais problemas ambientais identifica” apresenta respostas onde sabiamente não é dissociada ou categorizada por causa e efeito. Para efeito de compreensão está apresentada agrupada no gráfico a seguir.

As respostas dadas pelos pescadores vêm corroborar com informações, diagnósticos e análises científicas, como exemplo o relatório científico da III Conferência Regional sobre Mudanças Globais: América do Sul, realizada na Universidade de São Paulo em 2007, que aponta como exemplo de alteração profunda “as conseqüências dramáticas do evento recente da seca no rio São Francisco com a morte de milhares de peixes”. Assim como recentes pesquisas realizadas por pesquisadores da UFMG e noticiadas pela imprensa nacional que também apontam um largo histórico de contaminações.

Duas pesquisas desenvolvidas pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na bacia do rio São Francisco mostram como a natureza pode sofrer por anos a fio com impacto ambiental e como os riscos à saúde humana por causa da poluição podem persistir no tempo.

Segundo as pesquisas, as águas do rio São Francisco em Três Marias (a cerca de 250 quilômetros de Belo Horizonte) estão fortemente contaminadas por metais pesados (como zinco, cádmio e cromo), lançados pela metalúrgica da extinta Companhia Mineira de Metais

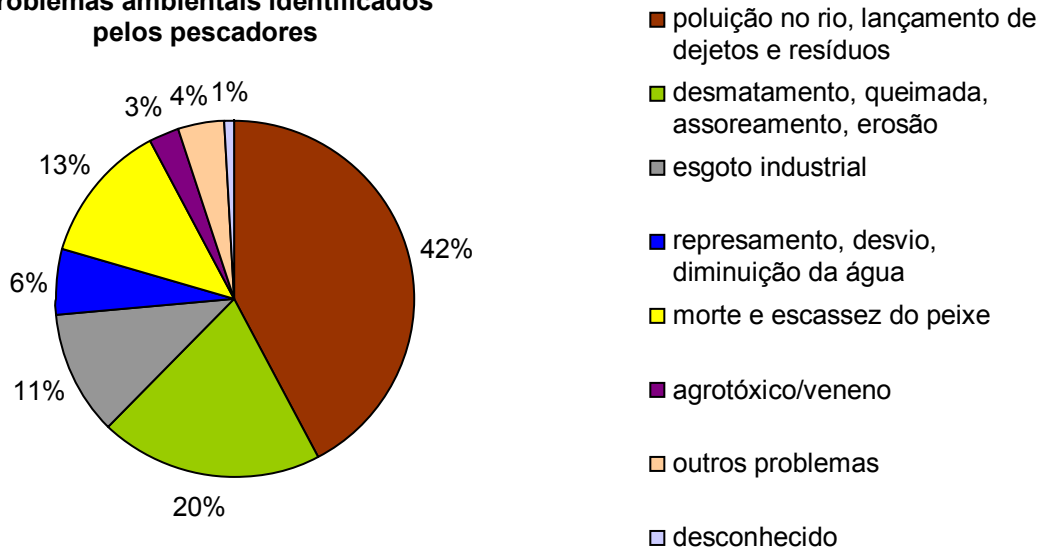
(CMM) a partir de 1969, quando teve início a produção de zinco eletrolítico (utilizado para revestir peças de ferro e evitar ferrugem). Os metais pesados foram lançados por cerca de uma década no Córrego da Consciência, que alimenta o São Francisco. Somente no fim dos anos 70, a CMM construiu um dique isolando os resíduos da metalúrgica do leito do rio. De acordo com a geógrafa Elizêne Veloso Ribeiro, autora do estudo com as amostras de água, os metais pesados podem causar câncer e afetar o sistema nervoso e o sistema reprodutivo se forem acumulados no organismo.

(...)Além da presença dos metais pesados, as pesquisas identificaram problemas no Córrego Barreiro Grande (que também alimenta o Rio São Francisco) por causa do lançamento de esgoto urbano e industrial em Três Marias. Durante quase um ano, as pesquisas coletaram amostras de água em um trecho de 160 quilômetros de extensão, que banha 15 municípios.

Outro passivo ambiental, em menor grau que Três Marias, foi verificado em Pirapora (a 340 quilômetros de Belo Horizonte), por causa da atividade metalúrgica e da indústria têxtil local. (revista época, globo Rural – fevereiro/2011).

A pesquisa realizada com os pescadores artesanais destaca que dentre os problemas listados espontaneamente pelos pescadores artesanais, a maioria (42%) está relacionada à poluição de lançamento de dejetos e resíduos no rio. Sabe-se que, a maioria das cidades que margeiam o rio São Francisco, aproximadamente 95% em toda a bacia, não possui sistemas de tratamento de esgotos, nem planejamento ambiental e controle que vise amenizar impactos da poluição no rio.

**Problemas ambientais identificados pelos pescadores**



Fonte: diagnóstico da Pesca artesanal no Norte de Minas – região alto/médio São Francisco-2011

Não se tem a dimensão dos agrotóxicos e produtos químicos jogados no rio aleatoriamente. A isto se soma o grande volume de esgotos urbanos e industriais

recebidos do rio das Velhas, maior responsável pela proliferação da cianobactéria que causou a grande mortandade de peixes em 2007. Outro impacto sentido diretamente pelos pescadores artesanais é o relativo ao desmatamento, erosão, assoreamento do rio que foi apontado por 20% dos entrevistados como problema ambiental. A poluição industrial aparece em terceiro lugar como outro grave problema ambiental apontado por 11% pescadores.

As informações salientadas aqui, advindas do diagnóstico da Pesca artesanal no Norte de Minas – região alto/médio São Francisco/2010, vêm reafirmar e denunciar o quadro de injustiça sócio-ambiental que emoldura a situação dos pescadores artesanais no rio São Francisco. Afetados por grandes empreendimentos econômicos, dejetos urbano-industriais, a expansão das fazendas e do turismo predatório, barragens e hidrelétricas, políticas ambientais, educacionais, culturais inadequadas.

A naturalização da violação dos direitos dos pescadores artesanais não pode ser considerada natural, é antes um reflexo da situação de assimetria de poder e discriminação social e ambiental que tem conseqüências principalmente, mas não somente, sobre os pescadores e pescadoras artesanais do rio São Francisco. Por não ser novidade - pois muitas denúncias, relatórios, dados são produzidos a cada ano em toda a bacia do rio ratificando e explicitando a situação e que não ecoam a ponto de interferir em políticas públicas, e nas práticas dos principais usuários poluidores do rio - as situações descritas anteriormente apontam que o grande desafio que se coloca é o de como sensibilizar os vários setores da sociedade para estas questões, e ao mesmo passo encontrar novas possibilidades a partir das resistências que buscam garantir o direito do modo de vida diferenciado do pescador artesanal, nas suas diferentes modalidades e também a manutenção da vida do rio São Francisco que é um dos sustentáculos do Norte de Minas.

## **Bibliografia**

ACSERALD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2004

ACSERALD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ARTICULAÇÃO POPULAR PELA REVITALIZAÇÃO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO, 2009. [http://www.saofranciscovivo.com.br/impactos\\_poluicao](http://www.saofranciscovivo.com.br/impactos_poluicao) - acessado em 10 de Março de 2011.

**Diagnóstico da Pesca Artesanal no Alto Médio São Francisco - Norte de Minas**. Parceria: CPP, CPT e Irmãs da Divina Providencia. Buritizeiro – Minas, 2010.

PÁDUA, José augusto de. **Desenvolvimento, Justiça e Meio ambiente**. São Paulo, Peirópolis, 2009

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/02/08/pesquisas-feitas-pela-ufmg-mostram-contaminacao-do-rio-sao-francisco.jhtm>

PESQUISAS+FEITAS+PELA+UFMG+MOSTRAM+CONTAMINACAO+DO+RIO+SAO+FRANCISCO.html

<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI209478-15228,00.html>

<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI209527-18095,00->

## TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE ENTRE PESCADORES E VAZANTEIROS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO - MG

Cláudia Luz de Oliveira<sup>15</sup>

O Diagnóstico da Pesca Artesanal no Norte de Minas, realizado pelas Irmãs da Divina Providência em parceria com a CPT<sup>16</sup> e CPP<sup>17</sup>, reforça a idéia de inter-relação entre a identidade dos pescadores e vazanteiros do São Francisco, discutida por diversos pesquisadores envolvidos com o tema (THÉ, 2003; LUZ de OLIVEIRA, 2005; VIEIRA, 2008; ARAÚJO, 2009). Assim como a pesca é uma atividade central no sistema de produção e consumo dos vazanteiros, é comum os pescadores dizerem “todo pescador tem a sua vazante”.

Os pescadores e vazanteiros do São Francisco se constituem enquanto coletividades com um modo de vida peculiar caracterizado pela relação de simbiose com o rio e seus ciclos de seca, enchente, cheia e vazante.

Essa relação especial com o rio é constitutiva da identidade e da territorialidade dos pescadores e vazanteiros e os caracteriza como comunidades tradicionais<sup>18</sup>. O São Francisco é considerado por eles como o seu lugar de pertencimento ou “o *locus* em que eles produzem suas relações sociais e simbólicas na interação com uma diversidade de seres vivos que ali habitam” (DIEGUES, 2000).

Os pescadores e vazanteiros pensam o mundo natural através dos princípios sociais, a relação deles com o rio e com os seres que o habitam é um relacionamento entre sujeitos. O rio não é apenas uma coisa viva, mas é algo animado, dotado de intencionalidade, um ser com quem eles estabelecem laços de reciprocidade social. Esse

---

<sup>15</sup> Mestre em Sociologia, tendo realizado estudo etnográfico dos vazanteiros do rio São Francisco, é professora e pesquisadora da Unimontes no curso de Ciências Sociais.

<sup>16</sup> Comissão Pastoral da Terra.

<sup>17</sup> Conselho Pastoral dos Pesadores.

<sup>18</sup> O Decreto Presidencial n. 6.040, de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, define em seu Art.3º: “Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Define, ainda, Territórios Tradicionais como: “os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária (...)”

aspecto é central para a compreensão da territorialidade<sup>19</sup> dos pescadores e vazanteiros, tendo em vista as regras coletivas que regulam o acesso a terra e aos recursos naturais nos diversos ambientes que constituem seu território. Essas regras de acesso ou “sistema de direitos combinados” (GODOY, 1998, p.111) expressam uma articulação entre “domínios de usufruto comunal com regras de apropriação privada” (ALMEIDA, 1988, p. 44). Apesar dos aspectos comuns relativos à territorialidade de pescadores e vazanteiros, a seguir vou abordar o tema diferenciando os pescadores-vazanteiros e os pescadores, dado às especificidades das regras que regulam o acesso aos recursos pesqueiros entre pescadores profissionais.

Os pescadores-vazanteiros vivem nas áreas inundáveis das margens e ilhas do rio e construíram um modo de vida e um sistema de conhecimentos relacionados ao manejo dos ecossistemas Sanfranciscano. O território vazanteiro engloba três unidades da paisagem Sanfranciscana: a terra-firme, o rio e as ilhas. Nesses diversos ambientes os pescadores-vazanteiros combinam atividades de agricultura de vazante e sequeiro com a pesca, a criação animal e o extrativismo.

O sistema de trabalho e de uso dos recursos naturais acompanha os ciclos de seca, enchente, cheia e vazante do rio, portanto, a fluidez, o nomadismo e a impermanência são os elementos constitutivos do modo de vida vazanteiro, caracterizado pela mobilidade das famílias sobre o território e pela mobilidade do próprio território, nativamente denominado de *terras crescentes* (LUZ de OLIVEIRA, 2005).

O território vazanteiro, engloba três unidades da paisagem sanfranciscana: a terra firme, o rio e as ilhas. No rio é realizada a pesca que é uma atividade central no sistema de produção e consumo dos pescadores-vazanteiros. O rio promove a conectividade entre as duas outras unidades que conformam o território vazanteiro, na medida em que é o seu ciclo que define as dinâmicas ecológicas e as estratégias de manejo na terra firme e nas ilhas.

De acordo com as categorias nativas de ordenamento territorial, a terra firme compreende as áreas de *beira rio*, o *barranco*, as *lagoas criadeiras* e a *mata* (cerrado ou caatinga arbórea). As áreas preferenciais para construir casas são na beira-rio ou na ilha:

---

<sup>19</sup> Para Little (2002, p.2) a territorialidade de um determinado grupo social pode ser entendida como o esforço conjunto para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente, convertendo-a em seu território.

é aí que os vazanteiros estabelecem moradias e constroem os sistemas de quintais ao redor da casa, com o plantio de frutíferas e a criação de pequenos animais.

As *lagoas criadeiras* são formadas pelas águas das enchentes que transbordam da calha principal do rio, formando várias lagoas adjacentes. São criadeiras, porque recebem os alevinos nas cheias e os cria até que a próxima enchente venha para levá-los de volta ao curso do rio. Esses ambientes funcionam como viveiros, criadouros naturais de peixes.

Nas ilhas os ambientes são caracterizados como *terras altas*, *sangradô*, *baixão* e *vazante* ou *lagadiço*. Na percepção dos pescadores-vazanteiros as ilhas estão em constante processo de formação ou “nascimento” e ao mesmo tempo estão sempre “indo embora”. Na expressão dos nativos: “a enchente tira daqui e põe em outro lugar”. O *lagadiço*, também denominado de *vazante* ou *lameiro*, é o local onde a enxurrada vem assentando, deixando areia e lama, e corresponde às partes baixas do terreno das ilhas. São as áreas em que se obtêm as melhores produções de melancia, milho, guandu, amendoim, batata doce, caxixe, quiabo, gergelim e maxixe.

Entre os pescadores-vazanteiros há uma estratégia de complementaridade entre as atividades desenvolvidas na terra firme e nas ilhas. A combinação do manejo nos dois ambientes amplia as possibilidades de cultivos, reduz a vulnerabilidade aos ciclos de enchentes e secas, e ainda distribui o trabalho agrícola em dois ou três ciclos de produção. O plantio nas ilhas começa mais tarde. À medida que o rio vai baixando, as roças vão sendo plantadas na *vazante*, acompanhando o *lameiro*.

Apesar de existirem nas ilhas uma extensa rede de parentes, descendentes dos posseiros mais antigos que chegaram desde a década de 1930, o sistema de direitos que regula o acesso a terra não é fechado em relação aos *chegantes*. O sistema, aliás, se adequa à realidade de permanente fluidez da população que mora ou trabalha nas ilhas. As formas de apropriação do ambiente são reguladas por um sistema de direitos, tendo em vista a característica de mobilidade do e no território.

O referido sistema se expressa através de formas coletivas de apropriação dos recursos naturais, em conexão com as regulamentações do comportamento recíproco associado à relação dessa população com o rio, e está baseada no princípio do direito de uso gerado pelo trabalho. O trabalho gera direito de posse sobre os bens produzidos e sobre a terra beneficiada, o que significa que as regras do direito estão referidas aos frutos do trabalho, dando a um determinado vazanteiro o direito de cedê-lo ou vendê-lo. Por isto é que, quando algum deles se refere à compra de terra nas ilhas,

ele diz que comprou “o direito de trabalhar na ilha”. Outra característica do referido sistema de direitos que regula o acesso aos recursos, é o fato de ser aberto aos *chegantes*, não se restringindo à ancestralidade da ocupação e nem à descendência, desde que os mesmos adotem o “sistema do lugar”.

Os pescadores são - franciscanos usualmente se identificam como pescadores profissionais<sup>20</sup>, o que significa, segundo Vieira (2008), que os mesmos tem a carteira profissional, exercem a pesca com artefatos artesanais e embarcações de pequeno a médio porte, onde toda a força exigida pela pesca fica a cargo do próprio pescador, além do mais, significa que são detentores de uma gama de saberes tradicionais no manejo com o rio e os recursos pesqueiros. Entre esses saberes se incluem: o conhecimento das variações ambientais e da biologia dos recursos pesqueiros, saber nadar, mergulhar, remar, fazer e consertar uma rede ou tarrafa, jogar rede ou desenganchá-la, reconhecer as espécies de peixe e seu comportamento específico, etc. Esses traços diacríticos, marcadores da identidade do “pescador de verdade”, os diferenciam de outras categorias definidas como: “pescador de seguro” - pessoa que tem uma outra atividade e não necessita da pesca para se sustentar e sustentar sua família, mas tira a carteira de pescador profissional a fim de receber o seguro desemprego no período do Defeso; “gancheiro” - pessoa que não tem a carteira profissional e pesca para a subsistência familiar através do consumo ou venda individual do peixe; e “pescador de ribada” - pessoa que só pesca quando o rio está “bom de peixe” e não exige muito esforço para se conseguir pescar (VIEIRA, 2008, p. 31-32).

Fundamentados num vasto conhecimento e grande experiência unida às suas crenças, os pescadores instituem formas de manejo local dos recursos pesqueiros, expressas através de normas do direito consuetudinário que regulam o acesso ao rio e o uso dos seus recursos. Tais normas, moldadas pelo próprio grupo, constituem uma “lei” respeitada e legitimada pelos laços de sociabilidade. Pesquisadores como Thé (2003) e Vieira (2008) evidenciam como os pescadores Sanfranciscanos exercem a pesca baseada em um “sistema de propriedade comum”, que “refere-se ao conjunto de regras ou direitos estabelecidos por uma comunidade local relacionado ao modo de uso de um determinado recurso comum” (THÉ, 2003, p. 67). A etnografia realizada por Vieira

---

<sup>20</sup> No Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil/MPP, os pescadores preferem se identificar como “pescadores artesanais” mesmo tendo consciência desta relação com a carteira-profissional. Esta denominação é discutida num sentido abrangente, inclusive na resistência frente às políticas do Estado, muitas vezes criticadas por eles, por descaracterizar a pesca artesanal.

(2008) entre pescadores da cidade de São Francisco, mostra que suas formas de territorialidade e o seu sistema de trabalho se assentam na auto-organização em “lançes” de pesca, previamente definidos e socialmente delimitados. Anualmente, “grupos de seis a oito pescadores se organizam para limparem um determinado “lance”, isto é, para retirarem de um determinado local do rio as *pauzadas*<sup>21</sup> que se acumulam no fundo, a fim de fazer com que os peixes se locomovam mais e fiquem mais suscetíveis de serem capturados” (VIEIRA, 2008, p.48). A partir da limpeza do “lance”, que envolve custo financeiro e esforço físico, o grupo que participou passa a ser o “dono”, o que significa direito de acesso e uso. O “lance” de pesca está sempre associado a um acampamento de pesca - lugar em terra firme, na margem do rio em frente ao “lance”, onde é montada uma estrutura, temporária ou permanente, que servirá como casa enquanto o grupo estiver pescando no local.

A questão do território dos pescadores-vazanteiros do São Francisco requer uma abordagem antropológica e histórica para compreensão dos conflitos e processos sociais de luta pela efetivação dos direitos seus étnicos e territoriais. Historicamente os vazanteiros disputam suas áreas nas margens e ilhas com fazendeiros, já que a anexação das ilhas à área das fazendas nos períodos de estiagem, quando o braço do rio seca e liga as ilhas à terra firme, é prática usual dos criadores de gado.

Outro foco de conflitos ocorre com os órgãos ambientais do Estado, pelo fato dos vazanteiros estarem em Áreas de Preservação Permanente. Até a década de 1990, os agentes e instituições envolvidos eram, de um lado, os vazanteiros com suas formas tradicionais de organização local, contando com o apoio de poucos sindicatos de trabalhadores rurais e da FETAEMG. De outro lado estavam os órgãos ambientais, como IEF e IBAMA e órgãos de regularização fundiária, como RURALMINAS, ITER e INCRA, além da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). A luta se dava pela via do enquadramento dos vazanteiros como agricultores familiares, através da regularização de suas pequenas posses nas ilhas. O que representava um enquadramento jurídico que legitimava a expropriação territorial a qual os vazanteiros foram violentamente submetidos historicamente, principalmente, a partir da década de 1960.

Atualmente, o acirramento dos conflitos entre vazanteiros-pescadores e órgãos ambientais, com aplicação sistemática de multas e ameaças de remoção das

---

<sup>21</sup> “As ‘pauzadas’ são amontoados de paus que servem como moradia para alguns peixes. Na ‘época das águas’, isto é, das chuvas, desce muito pau no rio e, as vezes, até pedras que acabam se concentrando no fundo do rio, no ‘lançes’, dificultando a pesca. Além do que, os troncos grandes podem chegar a rasgar as redes dos pescadores” (VIEIRA, 2008, p.48).

famílias vazanteiras e quilombolas residentes em áreas de parques estaduais criados no médio São Francisco como condicionantes ambientais da expansão do agronegócio no perímetro irrigado do Projeto Jaíba (ARAÚJO, 2009), instigaram a reação das comunidades vazanteiras e quilombolas no sentido de afirmação identitária por meio de processos políticos de defesa de seus territórios. Em contraposição aos parques, os vazanteiros reivindicam a demarcação de territórios quilombolas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável nas margens do São Francisco.

Os agentes e instituições envolvidos são as associações de vazanteiros, que atuam de forma articulada regionalmente, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, de agrônomos e advogados do Centro de Agricultura Alternativa, de pesquisadores da Unimontes e UFMG e do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Os conflitos se dão com IEF, IBAMA e ITER. A Secretaria do Patrimônio da União passa a ter uma postura pró-ativa e favorável às comunidades tradicionais. Entram em cena a Promotoria da Bacia do São Francisco e o Ministério Público Federal, sediados em Montes Claros, norte de Minas.

Ampliaram-se os dispositivos jurídicos relativos aos direitos dos povos e comunidades tradicionais (NETO, 2007): Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Convenção Internacional 169 da OIT (promulgada em 2004); Convenção sobre Biodiversidade Biológica (promulgada em 1998); Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (2000); Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005), o Decreto Presidencial n. 6.040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007) e a Portaria nº 89, de 15 de Abril de 2010, que disciplina a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais, mediante a outorga de Termo de Autorização de Uso Sustentável – TAUS. Por outro lado, estamos na iminência da votação da Ação de Inconstitucionalidade (ADI) Nº 3.239 no Supremo Tribunal Federal (STF) que pretende derrubar o Decreto 4887/03, que regulamenta a demarcação dos territórios quilombolas.

Os processos sociais de luta das comunidades tradicionais vazanteiras do médio São Francisco pela efetivação dos direitos étnicos e territoriais ganham densidade e complexidade, mostrando como a identidade e a diferença não são dadas, mas produzidas dentro de um campo de relações de poder, de disputa política e de produção de legitimidades.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wagner Berno de. Terras de Preto, terras de Santo e Terras de Índio: Posse Comunal e Conflito. In: **Humanidades**, Ano IV, 1987/88, Brasília: UNB.

ARAÚJO, Elisa Cotta. **Nas margens do São Francisco: Sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Léguas**. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2009. (Dissertação de Mestrado)

GODOI, Emília Pietrafesa de. **“O Sistema do Lugar: história, território e memória no Sertão”**. In: NIEMEYER, Ana Maria e GODOI, Emília Pietrafesa de (orgs). *Além dos Territórios*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por Uma Antropologia da Territorialidade**. Trabalho apresentado no Simpósio “Natureza e Sociedade: Desafios Epistemológicos para a Antropologia”, na 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, RS, 19 de Junho de 2002.

LUZ de OLIVEIRA, Cláudia. **Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. (Dissertação de Mestrado).

NETO, Joaquim Shiraishi (org.). **Direitos dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil**. Manaus: UEA, 2007.

THÉ, Ana Paula Glinfskoi. **Conhecimento Ecológico, Regras de Uso e Manejo Local dos Recursos Naturais na Pesca do Alto-Médio São Francisco, MG**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2003. (Tese de Doutorado)

VIEIRA, Jamile Barros. **A Arte do Trabalho e o Trabalho da Arte: dinâmicas sócio-culturais dos pescadores artesanais da cidade de São Francisco - Norte de Minas**. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2008. (Monografia de Graduação em Ciências Sociais).

## **Pesca Artesanal, Educação Popular e Escolarização: na luta por reconhecimento.**

Luciana Maria Monteiro Ribeiro<sup>22</sup>  
e Elisa Cotta de Araújo<sup>23</sup>

Este texto tem como objetivo aprofundar o tema Escolaridade na análise dos resultados da pesquisa “Diagnóstico da Pesca Artesanal”.

Em primeiro lugar, podemos pensar os pescadores artesanais como uma categoria social que vive atualmente situações de opressão, em função da restrição à pesca e aos recursos da natureza enfrentando situações de violação dos direitos humanos. Neste contexto, a ausência de escolarização pode ser ao mesmo tempo um meio e um fim de um longo processo de exclusão. Posto como direito básico, porém ausente, atua na raiz da desigualdade entre quem é e quem não é cidadão, pois vivemos numa sociedade que se organiza em torno do mundo letrado tendo como estrutura a dominação racional legal, o que dificulta o acesso à justiça. No caso brasileiro basta lembrar que até 1985 os analfabetos não tinham direitos políticos e até hoje o voto lhes é facultativo, portanto na história do Brasil a cidadania se construiu em torno da exclusão promovida pelo mundo letrado.

A exclusão da escola é uma exclusão plural, que implica para o sujeito uma série de dificuldades objetivas como a dificuldade de ir e vir, de transitar livremente, mas também estigmas e representações sociais negativas que afetam as noções que a pessoa constrói sobre si mesma. É frequente em pesquisas sobre o analfabetismo o relato de pessoas comparando a condição de analfabeto à de cego, outras relatam o medo de falar em público, por serem tidas como ignorantes.

Identificar-se como analfabeto, portanto, é uma tarefa difícil, pois significa acionar uma carga simbólica muito negativa motivo que tem feito com que muitos adultos, mesmo em idade avançada percorram longas distâncias para participarem de programas de alfabetização de Jovens e Adultos (EJA), de onde partem relatos em torno do significado que a assinatura do nome passa a ter para a pessoa no processo de autoafirmação.

Por outro lado, é possível perceber que mesmo frente a autoridades, lideranças vazanteiras tem se posicionado como sujeito de direitos a partir de sua tradicionalidade,

---

<sup>22</sup> Pesquisadora e graduanda em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros. Participa atualmente da rede Gesta/Ninja/Unimontes no Projeto de Pesquisa Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais. ([lucianammr@gmail.com](mailto:lucianammr@gmail.com))

<sup>23</sup> Pesquisadora, doutoranda em Antropologia na UFF. Mestre em Desenvolvimento Social Unimontes com a dissertação “Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Léguas”. ([elisacaa@gmail.com](mailto:elisacaa@gmail.com))

do conhecimento acumulado e transmitido pelos seus ancestrais (como é o caso de comunidades vazanteiras e quilombolas em Matias Cardoso e Manga).

Lembro-me de um senhor que durante um encontro político dirigiu a sua fala a um Promotor Público que se fazia presente, primeiro ele se anunciou como “sem estudo”, depois, com uma lógica e uma eloquência de fazer inveja ao qualquer doutor fez seu relato revelando a situação injusta que vivem. Mostrava assim toda sua indignação perante o estado atual das coisas que significava na razão trazida por ele a inversão do direito e da Justiça. Cobrando a partir de um exemplo concreto providências da autoridade presente e a atuação do Estado.

Afirmar-se sem estudo neste caso significa tomar posição a partir de outra ordem de conhecimento, sustentado na linguagem oral, na memória coletiva, na experiência vivida. Posicionamento este que espera reconhecimento e alteridade do seu ouvinte – o poder público, porque se reconhece no seu valor e no seu direito.

Este senhor fez sua fala a partir de uma reflexão que remete a uma construção social anterior de um grupo insurgente, que se afirma nesta correlação de forças contra “os grandes” e que tem se apoiado mutuamente através de um processo de educação popular que abre espaço para as trocas, para questionamentos de processos sociais que emergem das narrativas orais. Processos estes que almejam ser ampliados e reconhecidos.

Neste momento é importante pensar o significado da escola para esta população neste contexto. O diagnóstico traz a questão do fluxo das ilhas, das localidades ribeirinhas para o acesso a escola na cidade. E quais as implicações futuras disto? Quais são as condições de transmissão do conhecimento tradicional relacionado à agricultura e a pesca a partir da dinâmica imposta pela escola na socialização destas crianças? Quais são os arranjos familiares que são acionados para colocar os filhos na escola? Quais são outras relações estabelecidas a partir da escola? Que instituição é esta? Como ela pensa o lugar? Quem seus professores? Como estas escolas urbanas se relacionam com as comunidades?

Provavelmente existem prédios escolares nas comunidades, nem sempre atendendo a toda a demanda de escolarização do público no território em que se localiza. Como é comum no espaço rural servem precariamente tanto à educação, quanto ao sistema de saúde. Vejo, sempre que estou numa comunidade rural, afixados nas paredes das escolas os cartazes convocando a população durante as campanhas de vacinação, assim como em outras campanhas ligadas a saúde pública. Dessa forma, as escolas estão associadas a ações do Estado, ao poder político municipal e o conhecimento que passa pela Escola é do mundo letrado e segue outros caminhos que não são aqueles construídos pelos quintais, debaixo das árvores, na beira ou dentro do rio. Em grande medida, a escola não é percebida a serviço da resistência cotidiana, ou da transmissão oral que alimenta este circuito trocas, práticas e saberes que gira em torno do pertencimento a um lugar. Ela não servirá a reprodução social do grupo no que ele tem de específico, quando muito servirá a sua inserção ao mundo de fora.

Muitas comunidades rurais, comunidades tradicionais e quilombolas têm percebido, a partir da experiência das comunidades indígenas, a possibilidade de buscar a institucionalização de uma oferta escolar específica, com professores formados na própria comunidade e que têm buscado atuar com pedagogias inovadoras. Parcerias feitas com as universidades têm permitido a formação dos professores e uma luta árdua tem sido travada para o reconhecimento destas escolas junto ao sistema de ensino municipal e estadual. Geralmente estas lutas pela escola têm sido desencadeadas após a conquista do território, pelo menos nos casos que tenho notícia. É o caso das escolas indígenas Xacriabá, da escola rural Geraizeira da comunidade Nossa Senhora das Oliveiras no Assentamento Tapera, em Riacho dos Machados, e da experiência que se inicia na comunidade de Vereda Funda no contexto de reapropriação do território tomado pela monocultura de eucalipto, em Rio Pardo.

Na legislação nacional existem avanços no reconhecimento do direito de todos à educação, associado à afirmação plural da diversidade sociocultural brasileira, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9394/96 de 1996) nos artigos 23, 26 e 28 estão afirmados a especificidade e a diversidade do campo em todos os seus aspectos: social, cultural, político, econômico, gênero, geração e etnia. O Decreto Nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010 dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que afirma que a escola deve se estar em sintonia com o ritmo de vida local, quanto a dinâmica produtiva, o que implica adequar seu calendário, seu conteúdo e sua gestão reconhecendo a pedagogia da alternância. Porém, existe aí uma grande polêmica, pois no campo do sistema de ensino e da pedagogia estão presentes professores e gestores públicos que tem defendido a manutenção de um sistema universal não específico, como forma de garantir o acesso indiferenciado ao conhecimento societário acumulado. Esta escola universal pode até reconhecer o local, mas não pensa o mundo a partir dele. E entra em disputa, portanto no campo da pedagogia com uma escola local que busca pensar o mundo a partir de seu contexto, mas que tem dificuldades de fazê-lo por falta de apoio.

Para articular um projeto de educação formal de responsabilidade do estado com um projeto de educação popular das comunidades ribeirinhas é preciso pensar, na prática, quais os direitos de acesso à educação formal que estão ou não sendo atendidos. Por outro lado é preciso pensar quais são as condições de reprodução social, material e simbólica das comunidades. Toda comunidade independente da escola, tem formas de ensinar e de aprender a que chamamos de processos de socialização. Desta forma, seria possível pensar um projeto de educação popular que envolva também a escola formal? Quais seriam as condições para este envolvimento? Os professores serão parceiros? Os municípios podem ser envolvidos? Que outras instituições e iniciativas podem contribuir?

Os dados levantados pela pesquisa revelam um grau de analfabetismo mais alto em relação à média nacional, cujo índice é de 10%, tem-se na amostra um índice de 17%. Verifica-se também uma ausência de enfretamento para mudança desta realidade dado que apenas duas pessoas aparecem como alunos de EJA.

Em relação ao grande contingente que frequentou a escola mais não completou o ensino fundamental é preciso pensar com elas quais foram suas trajetórias escolares? Quais as memórias são relacionadas ao espaço escolar? Qual o motivo e o contexto que levou a pessoa na sua infância a deixar a escola?

Para além destas questões existem outras, por exemplo, qual o domínio das habilidades de leitura, de escrita e da matemática que hoje em dia têm estas pessoas? Que necessidades identificam no cotidiano em relação aos aprendizados escolares? Que expectativas nutrem em relação à escola? Ou, em contraponto, que condições sociais são assumidas ou deixam de ser assumidas por aqueles que não se integraram à escola?

Outro desafio apontado pela pesquisa é o dado de que apenas 5% do universo de adultos possuem o ensino médio completo, nível hoje em dia posto como condição mínima de qualificação profissional em muitos setores econômicos. Este é um tema que merece aprofundamento principalmente quando a comercialização e a profissionalização da pesca artesanal estão em pauta. O ensino médio pode ser pensado também como desafio para o estabelecimento de um quadro futuro de professores, tendo em vista a possibilidade de se implementar propostas populares de educação específica.

Uma pesquisa nacional aponta um grave quadro de desigualdade social que se estabelece a partir do que se convencionou chamar de analfabetismo funcional, ou seja, apenas 26% dos brasileiros acima de 15 anos tem domínio pleno da leitura e da escrita e 25% da matemática. Portanto, esta pesquisa aponta que o país tem a cultura letrada amplamente disseminada, mas ela não é efetiva, pois apenas um quarto tem acesso aos bens culturais e oportunidades de desenvolvimento pessoal característico das sociedades letradas (Ribeiro, 2007 apud Ayres, 2009, p. 79).

O processo escolar que poderia ser o instrumento de acesso ao mundo letrado pode ser na verdade um caminho triste de reprodução de sua exclusão, como expresso nesta fala:

***“A gente custa muito pra entender que nasceu pra ser peixe de engordar gato que engorda rico e, em casa, a gente fabrica com todo amor os próximos peixinhos. Pra fugir disso, botei todo mundo pra estudar, mas sinto um aperto no peito porque sei que o ensino é muito ruim. Filho de pobre, mesmo depois de estudar um, dois, quatro anos, continua analfabeto” (José dos Santos, in RIPPER, 2003).***

A fala trás a situação de exploração e desqualificação vivida por aqueles que têm seu saber fazer construído fora do espaço escolar, como acontece com os agricultores e pescadores e expõe a falta de perspectiva desta situação ser transformada.

Frente a tantas questões acreditamos na importância de um projeto de educação popular que busque a construção de uma escola integrada, viva. Que reflita a vida do lugar. Que se fortaleça junto com a comunidade. Que seja da comunidade no sentido de ser apropriada por ela. Que tenha uma dinâmica e desenvolva conteúdos construídos no diálogo com as questões cotidianas e históricas. Que problematize as questões insurgentes no território onde está inserida. Que reflita sobre as relações sociais desenvolvidas por sujeitos no interior de grupos reconhecendo suas diferentes formas de

expressão, composição, afetividade e motivadores. Que atue junto aos sujeitos e grupos na construção e efetivação dos seus direitos.

No caso a pesquisa evidencia uma diversidade de situações onde processos sociais e escolas poderiam se articular positivamente, algumas delas envolvendo lutas por acesso a recursos comuns como água, luta por terra, por território, por reconhecimento de direitos coletivos, o que vai de encontro a preceitos constitucionais instituídos pela sociedade brasileira através da promulgação da constituição de 1988.

Nossa constituição ao reconhecer o patrimônio cultural das comunidades, projetou uma nação brasileira pluriétnica e multicultural, por sua vez, o sistema de ensino brasileiro não pode se negar a cumprir este estatuto. É necessário apoiar iniciativas junto ao setor público, movimentos sociais e instituições de ensino que envolva alunos e interessados, pais e professores, gestores públicos e representações da sociedade civil que se mobilizam em torno da construção de um país mais igualitário e diversos, um país de fato democrático.

### **Referências Bibliográficas:**

ARAÚJO, Elisa Cotta. **Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Léguas**. Unimontes, 2009. (Dissertação de Mestrado, mimeo).

AYRES, Ivonir Rodrigues. **Representações no Analfabeto no Cinema Brasileiro**. UEM, Maringá, 2009 (Dissertação de Mestrado). Disponível em: [http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2008/pdf/c002.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2008/pdf/c002.pdf)

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Casa de Escola: Cultura camponesa e educação rural**. Campinas: Papirus, [1984]. 248 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. Ed. Brasiliense, 1984.

FASHEH, Munir. **Como erradicar o analfabetismo sem erradicar os analfabetos?** Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782004000200013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000200013)

MARANHÃO, Helena Severiano Ponce. **Analfabeto: Ser e Não Ser**. Disponível em: [http://forumeja.org.br/gt18/files/MARANHAO.pdf\\_4.pdf](http://forumeja.org.br/gt18/files/MARANHAO.pdf_4.pdf)

Centro de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). **Os problemas e as desigualdades da escolarização no Brasil**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/observatoriodaequidade/relatorio2.htm>

### **Documentos:**

BRASIL, República Federativa do. Política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Decreto 7.352. Brasília: 2010.  
BRASIL, República Federativa do. Diretrizes e Bases da Educação. Lei 9394. Brasília: 1996.

ANAYA, Felisa e RIBEIRO, Luciana (Tropi Dry/Unimontes). Relatório do V Encontro Vazanteiros em Movimento: Povos das Águas e Terras crescentes. Ilha do Genipapo. Itacarambi, 2010. (mimeo)

BRASIL, República Federativa do. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). Relatório. (Violação do Direito Humano à Alimentação Adequada: Missão às comunidades de Pau Preto, Quilombo da Lapinha e Pau de Léguas). Brasília: 2010.

## MULHER E PESCA NO NORTE DE MINAS

Maria José Pacheco<sup>24</sup>

Quando vamos tratar das questões da pesca e as mulheres do norte de Minas Gerais somos remetidos a abordar as questões de gênero. Assumimos as idéias que partem da constatação de que, historicamente, as diferenças biológicas entre mulheres e homens são usadas como justificativas para a discriminação das mulheres. Entendendo por gênero a maneira como diversas sociedades e culturas definem o modo como homens e mulheres se organizam, estabelecem suas responsabilidades, se relacionam entre si e com a sociedade, constatamos que gênero é construído socialmente e que esta construção relega as mulheres ao espaço doméstico, o espaço da reprodução, e não reconhece a importância econômica e social que este espaço presta para com a sociedade e para a subsistência, principalmente da classe trabalhadora. Percebemos também que esta construção da idéia de qual é o papel da mulher muitas vezes não reconhece as suas mais variadas formas de trabalho, desvalorizando as suas atividades produtivas, bem como a sua contribuição econômica para a subsistência das famílias e das comunidades. *“Gênero refere-se às complexas relações sociais, políticas, econômicas e psicológicas entre mulheres e homens na sociedade. Gênero é parte da estrutura social - em outras palavras está institucionalizado na sociedade (Anderson, 1993: 34)”*.

Gênero é construído social e historicamente e que se difere de acordo com as sociedades, com as gerações, com a época histórica, com valores colocados e construídos, é possível transformar as relações entre homens e mulheres de forma que estes (as) se relacionem de forma mais justa, respeitosa e igualitária, tenham oportunidades iguais e equânimes. Como a autora nos apontou na citação acima, vale ressaltar que são várias as dimensões de desigualdade entre homens e mulheres que se dão na sociedade e os pescadores não estão alheios a isto.

A partir do diagnóstico vemos que, aparentemente, a atividade da pesca no Norte de Minas é marcadamente masculina, contudo há uma invisibilidade do trabalho das mulheres, o que é significativo e importante para a produção pesqueira.

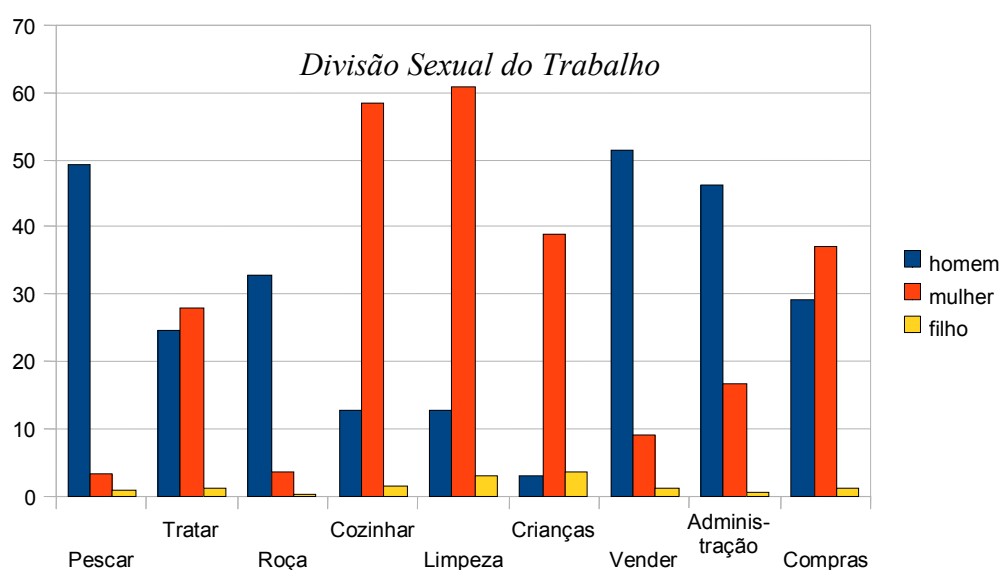
Quando analisamos a tabela que expressa a divisão sexual do trabalho. Podemos analisar que quando foi perguntado sobre quem pesca peixe, apenas 3,4% responderam que era uma atividade das mulheres exclusivamente, contudo, somando-se as que

---

<sup>24</sup> -Maria José Pacheco é agente do Conselho Pastoral dos Pescadores - CPPNacional

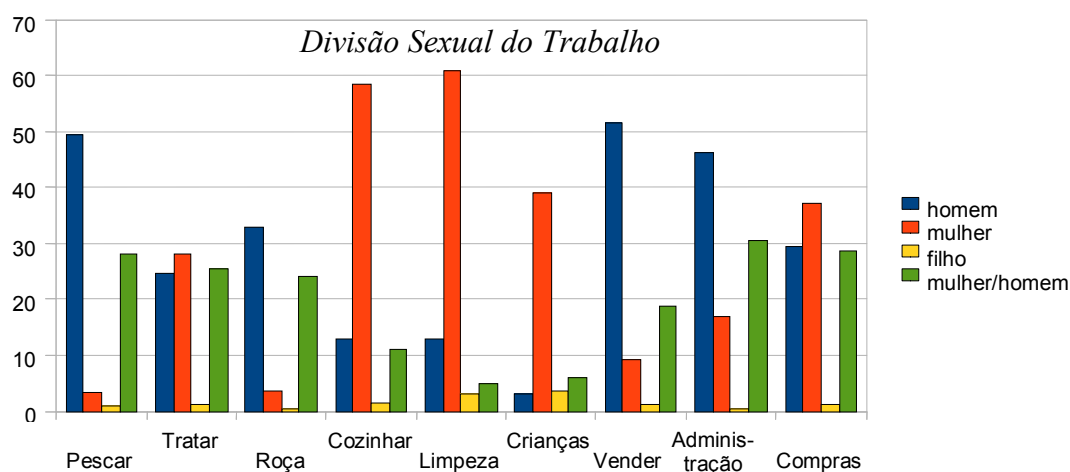
pescam com marido e com o grupo familiar chegamos à constatação que, em 42,1% das famílias tem participação das mulheres na atividade de captura de pescado. Quando foi perguntado quem trata o peixe as mulheres apareceram com 29,2% das respostas e somando-se a quem trata com o marido e com o grupo familiar chegamos a soma de que em 69,9% das famílias tem a participação de mulheres no trato do pescado. A atividade de beneficiamento do pescado é extremamente importante no processo da cadeia produtiva da pesca e já é reconhecida pelo Ministério da Pesca como atividade da pesca que confere direitos trabalhistas e previdenciários para estas mulheres, fruto da intensa mobilização das mesmas que, nestes casos, ficavam excluídas pelas organizações da categoria, principalmente das colônias, bem como pelo Estado, excluídas destes direito, mesmo exercendo atividades fundamentais para o processo.

Quando analisamos a divisão de tarefas domésticas confirmamos a hipótese de que as mulheres se responsabilizam pelas funções de reprodução quase que sozinhas, para muitas que exercem a atividade da pesca resulta em dupla jornada de trabalho, ao passo que a maioria dos homens se limita apenas às atividades produtivas como podemos observar no gráfico abaixo:



As atividades propriamente reprodutivas<sup>25</sup> são na maioria das respostas consideradas responsabilidades das mulheres, percentuais pequenos associam as mesmas aos homens. Quando perguntado da responsabilidade com a cozinha, com a alimentação das famílias 58,4% dos entrevistados apontaram como atividade exclusiva das mulheres contra 12,8% que identificaram como atividades dos homens. Quando perguntado da responsabilidade com a limpeza da casa 60,9% identificaram como atividade da responsabilidade das mulheres contra 12,8% que disseram ser responsabilidade dos homens.

Quando perguntado sobre o cuidado com os filhos embora 38% não tenham respondido, 38,9% identificaram como responsabilidade das mulheres e apenas 3%



identificaram como responsabilidade dos homens.

#### Divisão de tarefas/cuidado das crianças

	Frequência	% válido
Mulher	143	38,9
Mulher e Filho(a)	27	7,3
Homem	11	3,0
Homem e Filho(a)	2	0,5
Mulher e Homem	22	6,0
Mulher, Homem e Filho(a)	10	2,7
Filho(a)	13	3,5
Em branco	140	38,0
<b>Total</b>	<b>368</b>	<b>100,0</b>

<sup>25</sup> Entendem-se, como atividades reprodutivas, as responsabilidades de gestação e criação dos/as filhos e as tarefas domésticas – na grande maioria das vezes, realizadas por mulheres – necessárias para assegurar a manutenção e a reprodução da força de trabalho. Não só inclui a reprodução biológica como também a manutenção da força de trabalho (marido/companheiro e filhos/as trabalhadores/as) e a futura força de trabalho (crianças e meninos/as em idade escolar)

A venda do produto apareceu como responsabilidade dos homens para 51,4% dos(as) entrevistados e como das mulheres para 9,2%, quando soma-se aos dados que somam homem e mulher e homem e filho chega-se a 74% e quando soma-se os números de mulher e homem e mulher e filhos, chega-se apenas a 28,8%. Percebemos que esta atividade nesta região é marcadamente masculina e no processo de observações realizada concluímos que se dá pelo fato da venda estar relacionada com o acesso ao dinheiro, este poder está reservado majoritariamente aos homens, mesmo estando as mulheres presentes na atividade produtiva do grupo familiar. De forma semelhante aparecem os dados sobre a administração da renda, é identificada como tarefa dos homens. Já quando perguntado sobre quem faz as compras da família os dados mais ou menos são equivalentes: 37,2% só pelas mulheres, 29,3% só homens e 28,5% mulher e homem, esta se configura como uma tarefa que mais se relaciona com reprodução, ou seja, manutenção da família.

No que tange à questão da participação nas organizações dos pescadores: o órgão de classe dos pescadores(as) tem como presidentes maioria homens e a única que tem na presidência uma mulher percebe-se uma subserviência à presidência de uma outra colônia.

Das mulheres entrevistadas um número alto está filiada, 51,6%, até maior que dos homens 37,3%, contudo identifica-se que este número está muito ligado ao acesso aos direitos trabalhistas, principalmente o seguro defeso, pois quando avaliamos a qualidade desta filiação é baixo o número de mulheres que participa das reuniões. Quando perguntado às mulheres sobre quais os direitos identificam apenas aposentadorias e seguro defeso, não reconhecendo uma série de outros direitos, inclusive dentre os previdenciários, a própria licença maternidade. Observa-se o baixo nível de informação, que pode estar ligada a pouca participação e a ausência de processos formativos com as mulheres.

Diante da análise dos dados podemos confirmar a importância do trabalho das mulheres na atividade pesqueira no Norte de Minas, bem como as relações desiguais de gênero que reproduzem a divisão sexual do trabalho, que invisibiliza a o trabalho das mulheres e o desvaloriza, e, portanto, não se pensa ações de políticas públicas e valorização destas mulheres. Diante das constatações observadas, apontamos que uma intervenção coerente com a igualdade de gênero deve:

- Facilitar, estimular e divulgar a participação das mulheres na pesca artesanal e na vida das comunidades pesqueiras, através de um conjunto de ações que

devem propiciar que as mulheres se reúnam e que busquem desenvolver metodologias para assegurar sua participação e a abertura de espaços para as mulheres no cotidiano e nas organizações profissionais e comunitárias;

- Estimular e garantir a presença e participação efetiva das mulheres, com suas propostas e demandas, nos eventos de trabalhadores e governamentais, locais e nacionais;
- Estimular a organização das mulheres nas organizações representativas da categoria dos pescadores(as), promovendo a abertura de espaços, nessas organizações, que sirvam para aglutinar e defender seus interesses e necessidades;
- Estimular que estas mulheres busquem dar visibilidade às suas contribuições no setor pesqueiro e na vida das comunidades;
- Estimular o reconhecimento legal da condição das pescadoras no setor;

Estas ações objetivam:

- Favorecer que as demandas e interesses de mulheres e homens sejam contemplados em políticas públicas, programas de geração de emprego e renda, programas educacionais, de capacitação, de crédito e de saúde;
- Contribuir para que as relações entre homens e mulheres nas comunidades sejam mais justas, para que ambos disponham de meios para sua realização pessoal, profissional, familiar e cultural, contribuindo inclusive para erradicação da discriminação e de todas as formas de violência.

Percebemos que pode contribuir com a caminhada das comunidades e com o amadurecimento das questões de gênero uma intervenção que incentive a capacitação específica na perspectiva de gênero, bem como aborde esta temática como enfoque transversal em todos os campos de atuação.

## **Bibliografia**

**Diagnóstico da Pesca Artesanal no Alto Médio São Francisco - Norte de Minas.** Parceria: CPT, CPP e Irmãs da Divina Providência. Buritizeiro – Buritizeiro/MG, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade.** Vol. 20 (2), jul/dez. 1995.

SAFFIOTTI, H. I. B. (1992). Rearticulando gênero e classe social. Em Costa, A. O. & Bruschini, C. (Org.). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

## DIREITOS SOCIAIS E PESCA ARTESANAL

Gilmar Santos Rodrigues<sup>26</sup>

No período da Assembléia Constitucional de 1988, os pescadores e pescadoras foram às ruas, organizaram passeatas e manifestações a nível nacional, etc, e conquistaram um marco histórico para a pesca artesanal, ao assegurarem na nova Constituição Federal, direitos sociais fundamentais para a efetivação da cidadania. Passados 23 anos da chamada “constituente da pesca”, nota-se que uma parte significativa dos pescadores e pescadoras, nos vários cantos do país, ainda desconhece esses direitos ou enfrentam dificuldades para acessá-los. Para se fazer uma reflexão mais profunda sobre esta realidade é preciso, primeiramente, ter clareza de quais são os principais direitos legalmente instituídos, e em seguida identificar alguns entraves, que impedem os pescadores e pescadoras de acessar seus direitos sociais.

Atualmente no Brasil, os pescadores e pescadoras artesanais podem acessar direitos sociais como a Previdência Social, Seguro Defeso e políticas públicas específicas para as comunidades pesqueiras tradicionais. Com relação à **Previdência Social, nas** leis 8.212 (Art. 12 e 25) e 8.213 (Art. 11 e 39), os pescadores são considerados como **segurados especiais**<sup>27</sup> equiparados aos trabalhadores rurais e indígenas. Estas leis regulamentam os direitos e os deveres dos pescadores frente ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), assegurando aos trabalhadores (as) da Pesca, a aposentadoria por idade e invalidez, auxílio acidente, doença, reclusão; salário maternidade, pensão por morte etc<sup>28</sup>. Conforme orienta o documento oficial da 1ª Conferência Nacional da Pesca Artesanal:

*Vale ressaltar que pescadores e pescadoras conquistaram os mesmos direitos previdenciários de todo trabalhador brasileiro, isto se deu num amplo movimento pela redemocratização do país, que no caso dos pescadores teve seu coroamento com a Constituinte da Pesca, a qual representou um marco na história da organização e luta dos pescadores e pescadoras, num profundo processo de articulação de base em todo país. Este momento garantiu as bases para as conquistas materializadas na constituição cidadã de 1988, e em seguida, regulamentação das leis de nº 8212 e 8213 de 1991. A lógica de seguridade social fez surgir a figura do “segurado especial”, que são os trabalhadores rurais em regime de produção familiar; numa visão de garantir*

<sup>26</sup> Gilmar é agente pastoral do Conselho pastoral dos Pescadores – CPP/BA

<sup>27</sup> A lei 8213 de 1991 considera segurado especial o pescador artesanal e o assemelhado que exerce suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maior de 14 anos ou a eles equiparados, desde que trabalhe como grupo familiar respectivos.

<sup>28</sup> Observação: Para cada benefício a legislação define critérios específicos para sua efetivação.

*ao trabalhador rural (agricultor, pescador artesanal, índio, etc.) o acesso a estes direitos independente de contribuições previdenciárias, exigindo apenas a contribuição sobre a produção comercializada. (Texto da 1ª CNPA, 2009, p. 12).*

Nesta mesma época, os pescadores passaram a ter direito ao **seguro desemprego (seguro defeso)**, que se constitui como uma indenização aos pescadores (as), obrigados a suspenderem suas atividades nos períodos de reprodução de espécies, a exemplo da piracema. Todo ano, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) publica portaria definindo o período de suspensão temporária da pesca<sup>29</sup>. Para ter acesso ao benefício<sup>30</sup>, o pescador ou a pescadora deve recorrer à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) do Ministério do Trabalho como prevê a Resolução do CODEFAT nº 657 de 16 de dezembro de 2010<sup>31</sup>.

Em 2007, o Governo Federal criou o decreto 6.040, que institui o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e propõe a desenvolver uma série de políticas públicas específicas para as comunidades tradicionais incluindo as comunidades pesqueiras. Trata-se de um dispositivo legal que regulamenta a efetivação dos **direitos coletivos** assegurados nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal.

A partir da análise sobre os direitos sociais acima observa-se que nas últimas décadas os pescadores e pescadoras conquistaram de fato, na legislação brasileira, um conjunto de direitos fundamentais para a efetivação da cidadania. Contudo, quando se realiza diagnósticos nas comunidades pesqueiras<sup>32</sup>, para identificar o nível de conhecimento e de acesso a esses direitos nota-se um profundo desconhecimento, por parte da maioria, bem como identifica-se uma série de entraves que impedem os pescadores e pescadoras de acessarem seus direitos.

Analisando os dados do Diagnóstico da Pesca Artesanal realizado no Alto e Médio São Francisco, localizados no Norte de Minas, observa-se um exemplo emblemático desta situação, ou seja, quando perguntado aos pescadores e pescadoras sobre quais seriam os principais benefícios recebidos do Governo Federal, das 368 pessoas pesquisadas, apenas 240 responderam positivamente, sendo que destas apenas

---

<sup>29</sup> No defeso da piracema a pesca fica suspensa por quatro meses.

<sup>30</sup> O benefício corresponde a 1 salário mínimo por mês.

<sup>31</sup> Esta resolução estabelece os procedimentos para concessão do seguro desemprego ao pescador profissional que exerce a suta atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar.

<sup>32</sup> Diagnósticos sobre a situação da pesca na Baía de Todos os Santos; Relatório sobre a situação socioeconômica das Comunidades Pesqueiras de Santo Amaro ambos produzidos pelo Conselho Pastoral dos Pescadores – Regional BA.

29,2% mencionaram acessar benefícios previdenciários e trabalhistas. Estes dados expressam a falta de acesso a esses benefícios e/ou explicita a ausência de informação sobre os direitos trabalhistas e previdenciários, conforme tabela abaixo:

<b>Qual benefício</b>		
	Freqüência	% válido
	Bolsa família	170
	Auxílio doença	5
	Aposentado	23
	Aposentado por invalidez	6
	seguro	2,5
	desemprego/defeso	34
	Pensão	2
Válidos	<b>Total</b>	<b>240</b>
Perdidos	Não se aplica	128
Total		368

Diante deste cenário, é importante questionar quais são as principais dificuldades para que os pescadores e pescadoras tenham pleno conhecimento dos seus direitos, e possam acessá-los com liberdade, conforme prevê a Constituição Brasileira.

Identificam-se dois elementos principais que dificultam o acesso as informações, bem como a efetivação dos direitos propriamente ditos. O primeiro seria a manutenção de uma **cultura de dependência** dos pescadores e pescadoras frente às suas entidades representativas (colônias, sindicatos e associações). O segundo se caracteriza pelo **descaso do estado brasileiro**, através das suas instituições, de reconhecer e efetivar os direitos estabelecidos.

Nota-se que na maioria destas entidades adota uma típica lógica de exploração estabelecendo uma relação complexa, que se constitui basicamente, na omissão das informações sobre os direitos por parte dos dirigentes das colônias, associações e sindicatos e no aprofundamento da dependência e exploração dos pescadores e pescadoras, principalmente, no momento em que estes buscam acessar seus direitos.

Em muitos casos, quando o pescador ou a pescadora procura a sua entidade de classe para solicitar uma declaração ou atestado, que comprove o exercício da atividade junto ao INSS (direitos previdenciários) ou a DRT (seguro defeso), estes são obrigados a pagar taxas ou mensalidades sob pena de não receber o documento solicitado. Esta cultura fere diretamente o princípio constitucional da livre associação, conforme denunciou os pescadores na 1ª Conferência Nacional da Pesca Artesanal:

Nos últimos 20 anos, sobretudo com a aprovação da nova Constituição Federal Brasileira, avançou-se no processo dos direitos políticos dos pescadores e

pescadoras artesanais, cuja maior tradução expressou-se na garantia da livre organização, no reconhecimento da colônia como órgão de classe e de representação dos pescadores e pescadoras artesanais. Nesse novo cenário, houve um desenvolvimento e ampliação nas diversas formas de organização coletiva dos pescadores e pescadoras, com a criação de sindicatos, colônias, associações e cooperativas. No entanto, para o acesso às políticas sociais, direitos trabalhistas e previdenciários, continuou a manter-se a obrigatoriedade de atrelamento dos pescadores (as) às organizações formais como condição para acessar direitos, ferindo, assim, gravemente o direito constitucional da livre associação; situação essa que tem possibilitado, em muitas localidades, processos de corrupção, submissão aos setores produtivos e subserviência diante do Estado (*Texto da 1ª CNPA, 2009, p. 13*).

Este tipo de atrelamento dos pescadores e pescadoras às organizações formais tem inviabilizado o acesso aos seus direitos trabalhistas e previdenciários e, ao mesmo tempo, favorecido uma visão equivocada dos direitos, na medida em que, muitos pescadores acreditam que somente terão direitos se estiverem em dias com as mensalidades e taxas impostas pelas suas organizações formais<sup>33</sup>. Deste modo, as pesquisas indicam a existência de um profundo preconceito e violação de direitos dos pescadores e pescadoras artesanais, visto que, nenhum outro trabalhador, beneficiário da Previdência Social, precisa recorrer ao sindicato para ter acesso aos seus direitos, ou seja, estes vão diretamente aos órgãos responsáveis e recebem seus benefícios.

Além disso, destaca-se o descaso dos órgãos públicos responsáveis pela efetivação das políticas públicas e dos direitos previdenciários e trabalhistas. Mesmo cientes do princípio da livre associação, muitas agências do INSS ou do DRT, exigem a declaração do sindicato ou colônia como condição para ter acesso aos benefícios, independentemente, dos pescadores apresentarem os documentos exigidos. Esta atitude, extremamente autoritária, muito tem contribuído para a violação dos direitos legalmente constituídos. Demonstra ainda, a incapacidade do estado de colocar em prática o que determina a constituição. Há inclusive muitos relatos de pescadores e pescadoras que tiveram seu benefício indeferido devido à burocracia e a visão preconceituosa por parte

---

<sup>33</sup> Em muitos lugares os pescadores usam a expressão: “é preciso **pagar a pesca** para ter direitos”. Neste caso, há uma falta de distinção entre contribuição sindical ou associativa e contribuição previdenciária. Muitos acreditam que ao pagar a contribuição sindical está pagando, automaticamente, ao INSS. Esta é uma das principais causas da cultura de dependência amplamente utilizada por vários dirigentes de colônias, associações e sindicatos.

de funcionários das agências<sup>34</sup>.

Constata-se que, embora os pescadores e pescadoras tenham avançado na conquista de direitos sociais, persiste o desafio de superar a desinformação acerca destes direitos, visto que, a falta de conhecimento sobre os mesmos, favorece a manutenção da cultura de dependência, caracterizada pela omissão ou difusão de uma compreensão equivocada por parte de alguns dirigentes. Como se observa este atrelamento impede o acesso independente e direto aos direitos. De qualquer forma é possível notar uma íntima relação entre a cultura de dependência e a postura preconceituosa do poder público. Ou seja, na medida em que, o estado impõe barreiras para efetivar os direitos potencializa a cultura de exploração estabelecida. Diante desta realidade, torna-se extremamente necessário o enfrentamento as violações dos direitos sociais explicitados, para que os pescadores e pescadoras artesanais tenham pleno conhecimento dos seus direitos conquistados e possam acessá-los sem intermediários.

---

<sup>34</sup> Existe casos de funcionários do INSS fazer chacota quando o pescador ou a pescadora vai à agência solicitar a efetivação dos seus direitos chegando ao absurdo de solicitar a apresentação de marcas corporais que indique a prática da atividade pesqueira.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

1ª CNPA – **Conferência Nacional da Pesca Artesanal** – Pescadores e Pescadoras na Luta por território, afirmando políticas de direitos para a pesca artesanal. 28 a 30 de Setembro de 2009 – Brasília DF.

CPPBA. **Um outro olhar sobre a pesca artesanal na Baía de Todos os Santos. Diagnóstico Rápido e Participativo.** Salvador BA, 2000.

CPPBA. **Relatório sobre a situação da pesca artesanal no município de Santo Amaro. Diagnóstico Rápido e Participativo.** Salvador BA, 2006.

**Diagnóstico da Pesca Artesanal no Alto Médio São Francisco - Norte de Minas.** Parceria: CPT, CPP e Irmãs da Divina Providência. Buritizeiro/MG, 2010.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil – Brasília – DF, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6040/2007. Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília – DF, 2007.

## **Reflexão sobre a Organização Política dos Pescadores e Pescadoras Artesanais no Alto/Médio Francisco – Norte de Minas**

Letícia Aparecida Rocha<sup>35</sup>

Neusa Francisca Nascimento<sup>36</sup>

O diagnóstico da pesca artesanal no Norte de Minas, no Alto/Médio São Francisco, realizado pela Congregação das Irmãs da Divina Providência em parceria com a Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2010, mostra que a forma de organização da categoria na região são as Colônias, 78,5% dos entrevistados se dizem associados a uma Colônia de pesca. Perguntados sobre o que acham da Colônia 368 pessoas entrevistadas citaram 481 opiniões, das quais, 54,3% acham a Colônia boa ou ótima. E na questão *por que participa?* Diversas foram as respostas, como por exemplo, estar informado sobre a pesca, conhecer, ter segurança; considera importante; por obrigação, necessidade; para manter, ou tirar a carteira e ter direito ao seguro defeso, garantir direito, por influência da direção da colônia/ presidente, dentre outras.

Analisando outros dados referentes ao mesmo item, ao direito do pescador e outros, vê-se que, na maioria das vezes, a relação entre pescadores e Colônia, se dá na linha da assistência. As colônias são como que uma extensão das secretarias e órgãos do Estado, contribuindo com essas instituições no cumprimento de suas funções. São vistas como o meio para obtenção de benefícios e não uma organização política da categoria no enfrentamento aos problemas dos pescadores e do rio. A Colônia está presente como tradição e como meio necessário à sobrevivência, por causa dos benefícios - ela é o caminho conhecido para acessá-los. A percepção é de que, esta se apresenta como o único modelo conhecido.

Há outras tentativas de associações, cuja diferença está mais na nomenclatura, já que, como foi observado, a estrutura e forma de gestão são as mesmas.

Antes de qualquer outra reflexão, vale ressaltar que esse formato de organização, talvez, somente seja compreendido, historicamente, a partir do seu surgimento no século

---

<sup>35</sup> Pertence à congregação das Irmãs da Divina Providência, Pedagoga, educadora popular da CPT-MG

<sup>36</sup> Pertence à congregação das Irmãs da Divina Providência, Socióloga, educadora popular CPP.

XVIII, a mando do rei de Portugal, criando normas e regras para controlar os pescadores. As Colônias, subordinadas ao Governo, através da Marinha eram fiscalizadas e manobradas conforme as conveniências do mesmo. Somente em 1985, com a criação da Constituinte da Pesca foi que o setor conseguiu discutir sua organização através dos próprios pescadores, segundo SILVA (1988).

No entanto, segundo o mesmo autor, os pescadores estiveram como sujeitos sociais, presentes em momentos cruciais da história brasileira. Atuaram, inclusive, na independência, na abolição da escravatura, na Revolta dos Cabanos e em outros momentos da vida nacional. Ganham visibilidade como sujeitos sociais, como agentes principais de um modelo de gestão das pescarias diferenciado e como sujeitos políticos, ao longo da história.

E Mello (1995) diz que as produções acadêmicas históricas, parecem ter invisibilizado a participação dos pescadores em levantes populares para que o Brasil e vários estados adquirissem, pelo menos oficialmente, sua independência política. Convém questionar

se o que uniu estes sujeitos, aglutinando forças sociais, na perspectiva do movimento popular, desses levantes ou motins foi uma identidade enquanto pescadores. Isto entendendo identidade como processo de metamorfose constante ou consciência social que os indivíduos possuem de si.

Nas últimas décadas, a postura de omissão das representações oficiais dos pescadores, tem provocado discussões entre as lideranças pesqueiras, resultando na criação de sindicatos, associações, seja na esfera nacional, estadual ou municipal, onde estes arranjos políticos organizacionais surgem de modo positivo. Esses arranjos muitas vezes, nascem mediante apoio de terceiros, parceiros empenhados no fortalecimento da categoria. Como exemplo, tem se os anseios políticos do Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP), que propôs e concretizou a I Conferência Nacional da Pesca Artesanal em Brasília/DF, em 2009, contrapondo às Conferências de Aqüicultura e Pesca do governo, que desconsideram as reais necessidades da classe.

No cenário nacional, mais especificamente no Norte e Nordeste do país na década de 80, foi criado o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), como entidade que presta serviço pastoral de incentivo e apoio ao protagonismo dos pescadores (as), mas não é uma organização política dos mesmos. Por isso, através do seu serviço pastoral, o CPP

sempre apoiou a organização dos pescadores (as) incentivando a construção do instrumento político, que represente e atenda às reais demandas da categoria.

Uma tentativa da construção desse instrumento se deu durante a campanha para a elaboração da Constituição Brasileira de 1988, em que os pescadores articularam-se na busca de autonomia política e sindical da categoria criando o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) objetivando, principalmente, a busca da credibilidade dos pescadores, a conquista de espaços oficiais de representação, o fortalecimento, assegurando assim, a autonomia política e econômica em vista de melhoria das condições de vida e trabalho<sup>37</sup>.

Avaliações sobre o MONAPE, por parte significativa dos pescadores (as), têm apontado para a necessidade de continuidade da busca por um movimento social representativo dos seus interesses e instrumento político da categoria, considerando a burocratização e atrelamento desse ao governo, do que se poderia chamar de primeiro ensaio.

Em 2009, na I Conferência Nacional da Pesca Artesanal, acontece uma primeira aproximação dos pescadores e pescadoras do rio São Francisco de Minas Gerais junto a uma articulação nacional.

Os pescadores Norte Mineiros são reconhecidos, a partir dos processos de resistência na articulação popular pela revitalização do rio São Francisco, como guardiões do mesmo, e sendo os que diretamente sentem o impacto socioambiental na disputa política e econômica pelas águas do rio. Na realidade Norte Mineira, talvez mais acentuado que no cenário nacional, percebe-se a carência de um instrumento político de representação da categoria, mas também, ensaios para a construção de tal instrumento, apoiados por entidades que compõem a articulação popular e outros. Estes ensaios têm acontecido mediante ao enfrentamento de conflitos ambientais, que atingem diretamente os pescadores (as) como a mortandade de surubins, em 2004, pela poluição do rio por metais pesados, e em 2007, pelas cianobactérias devido ao esgoto. Mas, é no enfrentamento desses conflitos que mais se evidencia a carência do instrumento político aglutinador e processual da categoria, para uma participação efetiva nas políticas socioambientais, que incidem diretamente sobre parte importante de seu território – o rio e suas margens.

---

<sup>37</sup> - A elaboração do texto sobre o MONAPE deu-se a partir de conversas com pescadores/as do nordeste que participaram deste movimento.

Outra tentativa da construção desse espaço político em Minas Gerais para os pescadores do rio São Francisco é o Grupo de Trabalho e Pesca (GTP), que segundo avaliação de muitos pescadores, tem sido espaço de debate muito mais de entidades e órgãos do governo que de pescadores(as).

Na maioria dos espaços institucionais das colônias, o diagnóstico aponta deficiências no atendimento às demandas sociopolíticas dos pescadores: atendimento assistencial reduzido, basicamente, ao Seguro Defeso, Salário Maternidade e Auxílio Doença, deixando a desejar por burocracia ou pelo valor do benefício. Relatam falta de amparo em situações de urgência, na obtenção de material para a pesca, assistência à saúde, e etc. Por outro lado, valorizam tanto o que pouco já se tem, ou aquilo que espera ganhar, que temem verbalizar a insatisfação. Outros se conformam como “favor” recebido ou que pode vir a receber, como registra o relatório da pesquisa. São multifacetadas as situações e razões que pesam contrariamente a organização da categoria.

Mesmo considerando a invisibilidade da categoria da pesca na organização política no país, como um todo, é sentido que o Movimento Social da Pesca têm “contribuído para revelar a existência desses trabalhadores artesanais, mostrando seu modo de ser e sua importância produtiva e social”.

A partir destas considerações, percebe-se que os pescadores do São Francisco e rios mineiros, até onde se constata, têm estado à margem de todo este processo de construção, enquanto organização coletiva na perspectiva do Movimento Social de luta. Uma tímida aproximação a outros estados tem acontecido, por disposição de um pequeno grupo, sem um significativo envolvimento da categoria como tal. No entanto, há de se considerar as resistências locais como na região de Manga, Itacarambi e Matias Cardoso, comunidades vazanteiras (sendo também pescadores, em grande parte), resistindo à pressão do governo do Estado de Minas para criar áreas de proteção ambiental em seus territórios, como compensação ambiental do Projeto de irrigação, no município de Jaíba.

A organização social e política dos (as) pescadores (as) do Norte de Minas requer maior análise e paciente processo de trabalho de base que contribua com os (as) pescadores (as) artesanais na construção de uma organização efetiva, que proporcione uma participação política mais enfática na conquista de direitos e em defesa do rio São Francisco e seus afluentes.

Na perspectiva da organização política dos pescadores (as) convém refletir que,

*“não há uma única maneira de fazê-lo, tampouco um só tipo de evento que impulse essas coisas. Porque as pessoas são complexas e, claro, as condições mudam. A organização começa quando duas pessoas concordam em trabalharem juntas. E uma só faísca pode incendiar toda a campina”.*<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> Mumia Abu-Jamal, jornalista, preso político, militante negro anti-racista e ex-integrante Partido dos Panteras Negras/EUA. O trecho é retirado de uma carta sua publicada no Jornal Brasil de Fato por *Glória Muñoz Ramírez*.

## **BIBLIOGRAFIA**

**Diagnóstico da Pesca Artesanal no Alto Médio São Francisco - Norte de Minas.** Parceria: CPT, CPP e Irmãs da Divina Providência. Buritizeiro – Buritizeiro/MG, 2010.

MELLO, A F. de. Movimentos sociais na pesca. . In: **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia** . V.11, nº 1, Junho. 1995 (p. 19-39)

SILVA, L. G. S. (1988) **Os pescadores na história do Brasil.** Recife, CPP/Vozes. 222 p.

SILVA, L. G. S. (1998) **História e meio ambiente: a pequena pesca marítima no Brasil.** *Revista de Sociologia e Política*, n. 10/11, p. 219 - 231.



CPT-MG



Imãs da Divina Providência - MG



**CESE**

Coordenadoria Ecológica de Serviço  
[www.cese.org.br](http://www.cese.org.br)



Conselho Pastoral dos Pescadores



INSTITUTO

**APROVE**